



Técnico Judiciário (Área Adm)

SIMULADOS

TJ-MA

AMOSTRA GRATUITA

Q2

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

APRESENTAÇÃO

Fala, Futuro(a) Técnico(a) Judiciário! Tudo bem?

Seja bem-vindo a nossa **AMOSTRA GRATUITA** focada no Pós-edital da banca **CONSULPLAN** para o concurso do **TJ-MA (Técnico Judiciário – Técnico de apoio Administrativo)**.

COMO FUNCIONA NOSSO PACOTE DE SIMULADOS:

No total serão **4 simulados** com questões de **ALTA RELEVÂNCIA** que poderão cair na sua prova. Os simulados vão envolver todas as matérias cobradas no Pós-edital da **Banca CONSULPLAN**.

PONTOS IMPORTANTES DO PACOTE DE SIMULADOS:

- Cada simulado terá **50 questões** e os **comentários com gabarito** de cada questão fica disponível após finalizar o simulado!
- Os **4 simulados** serão Liberados de imediato!
- O acesso do pacote completo com 4 simulados é enviado pelo **E-mail** através da nossa **plataforma eduzz!**

Bons estudos e aproveite seu material Gratuito! **Temos certeza de que será uma ferramenta de grande efetividade!**

Vamos Quebrar tudo!

Equipe **Quebrando Questões**.

PORTUGUÊS

01)

Aprender, aprender, aprender

Por Maria do Carmo Nóbrega.

Capacitar e valorizar cada vez mais o profissional da contabilidade brasileiro. Esta sempre foi uma das maiores bandeiras desse líder nato, natural do Crato-CE e filho da dona Maria e do seu Antônio, José Martonio Alves Coelho. Nesta entrevista especial para a RBC, em decorrência do Dia do Profissional da Contabilidade, o contador e ex-presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) fala um pouco da leitura desse novo profissional, tecnológico e multidisciplinar, e do futuro da profissão.

Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) – A emblemática frase “Trabalhemos, pois, bem unidos, tão convencidos de nosso triunfo, que desde já consideramos 25 de abril o Dia do Contabilista Brasileiro” foi proferida em 25 de abril de 1926 pelo Patrono dos Profissionais da Contabilidade, João Lyra. A partir da sua ampla visão na esfera contábil, aponte um motivo para a comemoração da data, neste ano de 2023, em grande estilo.

Martonio – Considero que, por trás da data simbólica, não existe um motivo único para a comemoração, mas um conjunto de motivos. São incontáveis lutas, desafios e conquistas ao longo desses quase 100 anos. Durante esse tempo, nossos vários antecessores, com suas dignas competências e compromissos, buscaram a valorização e o pleno desenvolvimento da profissão – profissionais valorosos que não arredaram de sua missão de realizarem um trabalho de excelência, a partir da união de seus pares, com absoluta responsabilidade e ética.

Desde a formação dos nossos primeiros guardalivros, que tinham atribuições mais restritas e simplórias do que as que desempenhamos atualmente, foram muitas vitórias à custa de tantas dificuldades. De 1926 para cá, a Ciência Contábil tornou-se exigente quanto ao conhecimento teórico, aperfeiçoou suas práticas, modernizou seus procedimentos e normativos e adotou a tecnologia da informação como a sua grande aliada.

Com isso, hoje, temos muito a comemorar. Comemorar o fato de que a profissão contábil alcançou o seu justo e legítimo espaço na sociedade brasileira; de que somos uma profissão indispensável, respeitada e forte, beirando a marca de 530 mil profissionais e de 85 mil organizações contábeis, totalmente afinada e em sintonia com o que estabelece a nossa lei de regência, o Decreto-Lei nº 9.295, de 1946, que regulamenta a profissão e institui os Conselhos de Contabilidade; de que

transcendemos as paredes dos escritórios a partir do momento que passamos a nos capacitar e a nos aprimorar ainda mais, desenvolvendo a nossa capacidade de atuar não só dentro da lógica dos números, mas de relacioná-los ao ambiente dos negócios.

(Aprender, aprender, aprender. REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. Edição nº 260, março/abril de 2023. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2023/05/RBC260_mar_abr.pdf. Fragmento.)

A partir das escolhas linguísticas empregadas no texto e de suas demais características estruturais, pode-se afirmar que:

A) A escolha do tipo de linguagem, predominantemente empregada, possui associação diretamente relacionada às expectativas advindas do gênero textual que se apresenta caracterizado no texto.

B) Quanto à sua finalidade, observa-se a busca, principalmente, por experiências pessoais e subjetivas a partir da constatação de destaque em área do conhecimento explorada no contexto apresentado.

C) A interação estabelecida entre entrevistado e entrevistador torna-se fundamental para que a aquisição e troca de conhecimentos de forma recíproca seja confirmada como estratégia persuasiva em tal tipo textual.

D) É possível reconhecer que a construção do texto apresentado requer um planejamento prévio em que dados relevantes são considerados de acordo com a exigência do tema abordado, diferentemente do que ocorreria caso o tema se referisse a uma área diferente do conhecimento.

02)

A arte de ser avó

Netos são como heranças: você os ganha sem merecer. Sem ter feito nada para isso, de repente lhe caem do céu. É, como dizem os ingleses, um ato de Deus. Sem se passarem as penas do amor, sem os compromissos do matrimônio, sem as dores da maternidade. E não se trata de um filho apenas suposto, como o filho adotado: o neto é realmente o sangue do seu sangue, filho de filho, mais filho que o filho mesmo...

Quarenta anos, quarenta e cinco... Você sente, obscuramente, nos seus ossos, que o tempo passou mais depressa do que esperava. Não lhe incomoda envelhecer, é claro. A velhice tem as suas alegrias, as suas compensações – todos dizem isso embora você, pessoalmente, ainda não as tenha descoberto – mas acredita.

Todavia, também obscuramente, também sentida nos seus ossos, às vezes lhe dá aquela nostalgia da mocidade. Não de amores nem de paixões: a doçura

da meia-idade não lhe exige essas efervescências. A saudade é de alguma coisa que você tinha e lhe fugiu sutilmente junto com a mocidade. Bracinhos de criança no seu pescoço. Choro de criança. O tumulto da presença infantil ao seu redor. Meu Deus, para onde foram as suas crianças? Naqueles adultos cheios de problemas que hoje são os filhos, que têm sogro e sogra, cônjuge, emprego, apartamento a prestações, você não encontra de modo nenhum as suas crianças perdidas. São homens e mulheres – não são mais aqueles que você recorda.

E então, um belo dia, sem que lhe fosse imposta nenhuma das agonias da gestação ou do parto, o doutor lhe pôe nos braços um menino. Completamente grátis – nisso é que está a maravilha. Sem dores, sem choro, aquela criancinha da sua raça, da qual você morria de saudades, símbolo ou penhor da mocidade perdida. Pois aquela criancinha, longe de ser um estranho, é um menino seu que lhe é “devolvido”. E o espantoso é que todos lhe reconhecem o seu direito de o amar com extravagância; ao contrário, causaria escândalo e decepção se você não o acolhesse imediatamente com todo aquele amor recalcado que há anos se acumulava, desdenhado, no seu coração.

Sim, tenho certeza de que a vida nos dá os netos para nos compensar de todas as mutilações trazidas pela velhice. São amores novos, profundos e felizes que vêm ocupar aquele lugar vazio, nostálgico, deixado pelos arroubos juvenis. Aliás, desconfio muito de que netos são melhores que namorados, pois que as violências da mocidade produzem mais lágrimas do que enlevos. Se o Doutor Fausto fosse avó, trocaria calmamente dez Margaridas por um neto...

No entanto – no entanto! – nem tudo são flores no caminho da avó. Há, acima de tudo, o entrave maior, a grande rival: a mãe. Não importa que ela, em si, seja sua filha. Não deixa por isso de ser a mãe do garoto. Não importa que ela, hipocritamente, ensine o menino a lhe dar beijos e a lhe chamar de “vovozinha”, e lhe conte que de noite, às vezes, ele de repente acorda e pergunta por você. São lisonjas, nada mais. No fundo ela é rival mesmo. Rigorosamente, nas suas posições respectivas, a mãe e a avó representam, em relação ao neto, papéis muito semelhantes ao da esposa e da amante dos triângulos conjugais. A mãe tem todas as vantagens da domesticidade e da presença constante. Dorme com ele, dá-lhe de comer, dá-lhe banho, veste-o. Embala-o de noite. Contra si tem a fadiga da rotina, a obrigação de educar e o ônus de castigar.

Já a avó, não tem direitos legais, mas oferece a sedução do romance e do imprevisto. Mora em outra casa. Traz presentes. Faz coisas não programadas. Leva a passear, “não ralha nunca”. Deixa lambuzar de pirulitos. Não tem a menor pretensão pedagógica. É a confidente das horas de ressentimento, o último

recurso nos momentos de opressão, a secreta aliada nas crises de rebeldia. Uma noite passada em sua casa é uma deliciosa fuga à rotina, tem todos os encantos de uma aventura. Lá não há linha divisória entre o proibido e o permitido, antes uma maravilhosa subversão da disciplina. Dormir sem lavar as mãos, recusar a sopa e comer roquetes, tomar café – café! – , mexer no armário da louça, fazer trem com as cadeiras da sala, destruir revistas, derramar a água do gato, acender e apagar a luz elétrica mil vezes se quiser – e até fingir que está discando o telefone. Riscar a parede com o lápis dizendo que foi sem querer – e ser acreditado! Fazer má-criação aos gritos e, em vez de apanhar, ir para os braços da avó, e de lá escutar os debates sobre os perigos e os erros da educação moderna...

Sabe-se que, no reino dos céus, o cristão defunto desfruta os mais requintados prazeres da alma. Porém, esses prazeres não estarão muito acima da alegria de sair de mãos dadas com o seu neto, numa manhã de sol. E olhe que aqui embaixo você ainda tem o direito de sentir orgulho, que aos bem-aventurados será defeso. Meu Deus, o olhar das outras avós, com os seus filhotes magricelas ou obesos, a morrerem de inveja do seu maravilhoso neto!

E quando você vai embalar o menino e ele, tonto de sono, abre um olho, lhe reconhece, sorri e diz: “Vó!”, seu coração estala de felicidade, como pão ao forno.

E o misterioso entendimento que há entre avó e neto, na hora em que a mãe o castiga, e ele olha para você, sabendo que se você não ousa intervir abertamente, pelo menos lhe dá sua incondicional cumplicidade...

Até as coisas negativas se viram em alegrias quando se intrometem entre avó e neto: o bibelô de estimação que se quebrou porque o menininho – involuntariamente! – bateu com a bola nele. Está quebrado e remendado, mas enriquecido com preciosas recordações: os cacos na mãozinha, os olhos arregalados, o beijo pronto para o choro; e depois o sorriso malandro e aliviado porque “ninguém” se zangou, o culpado foi a bola mesma, não foi, Vó? Era um simples boneco que custou caro. Hoje é relíquia: não tem dinheiro que pague...

(QUEIROZ, Rachel de. *Elenco de cronistas modernos*. 21ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.)

Tendo em vista que as frases são estruturadas conforme princípios gerais de dependência e independência semântica e sintática, assinale a justificativa para o emprego das vírgulas no trecho “É, como dizem os ingleses, um ato de Deus.” (1º§)

- A) Realçar uma explicação.
- B) Destacar um vocativo enfático.
- C) Validar uma indecisão, uma incerteza.
- D) Assinalar uma dúvida de modo indireto.

03) Pronome é a classe de palavras que substitui ou acompanha os substantivos, podendo também retomá-los ou referir-se a eles em uma frase. Encontramos pronome indefinido em:

- A) “O tumulto da presença infantil ao seu redor.” (3º§)
- B) “Netos são como heranças: você os ganha sem merecer.” (1º§)
- C) “São homens e mulheres – não são mais aqueles que você recorda.” (3º§)
- D) “E então, um belo dia, sem que lhe fosse imposta nenhuma das agonias da gestação ou do parto, [...]” (4º§)

04) Levando-se em consideração que o verbo indica um processo localizado no tempo, as citações textuais evidenciam formas verbais cujo tempo verbal é o mesmo, EXCETO:

- A) “Meu Deus, para onde foram as suas crianças?” (3º§)
- B) “A velhice tem as suas alegrias, as suas compensações [...]” (2º§)
- C) “[...] a doçura da meia-idade não lhe exige essas efervescências.” (3º§)
- D) “Uma noite passada em sua casa é uma deliciosa fuga à rotina, [...]” (7º§)

05) O título do texto faz referência, fundamentalmente, à:

- A) Emoção indescritível de ver a família crescendo, bem como a responsabilidade de ajudar a criar os netos.
- B) Alegria de mimar com mestria os netos, como também ser guardião da memória, preservando as tradições familiares.
- C) Relação entre avós e netos marcada pela emoção e, ainda, livre das exigências do casamento e das agonias do parto.
- D) Reflexão de que se cumpre o papel biológico de preservação da espécie (família) que continuará a vida através do neto.

06) “Todavia, também obscuramente, também sentida nos seus ossos, às vezes lhe dá aquela nostalgia da mocidade.” (3º§) A palavra ou expressão que NÃO pode substituir “todavia” é:

- A) Porém.
- B) Entretanto.
- C) Não obstante.
- D) Apesar de que.

07) Tendo em vista que as palavras podem adquirir e expressar sentidos diversos de acordo com o contexto em que estão inseridas, leia o trecho a seguir e considere o termo destacado: “Hoje é reliquia: não tem dinheiro que pague...” (11º§) Trata-se de significado atribuído a tal vocábulo no texto:

- A) Resto.
- B) Destroço.
- C) Lembrança.
- D) Objeto antigo.

08) Assinale o fragmento cujas palavras ou expressões sublinhadas estão sendo empregadas em sentido denotativo.

- A) “Bracinhos de criança no seu pescoço.” (3º§)
- B) “[...] sorri e diz: ‘Vó!’, seu coração estala de felicidade, como pão ao forno.” (9º§)
- C) “Sim, tenho certeza de que a vida nos dá os netos para nos compensar de todas as mutilações trazidas pela velhice.” (5º§)
- D) “Meu Deus, o olhar das outras avós, com os seus filhotes magricelas ou obesos, a morrerem de inveja do seu maravilhoso neto!” (8º§)

09) A autora utiliza por várias vezes em seu texto a linguagem figurada comparativa. Identifique o fragmento que comprova tal elucidação.

- A) “Netos são como heranças: você os ganha sem merecer.” (1º§)
- B) “São homens e mulheres – não são mais aqueles que você recorda.” (3º§)
- C) “A mãe tem todas as vantagens da domesticidade e da presença constante.” (6º§)
- D) “Porém, esses prazeres não estarão muito acima da alegria de sair de mãos dadas com o seu neto, numa manhã de sol.” (8º§)

10) Assinale a alternativa em que a expressão destacada tem seu significado erroneamente indicado.

- A) “Sem se passarem as penas do amor, sem os compromissos do matrimônio, sem as dores da maternidade.” (1º§) – aflições
- B) “E olhe que aqui embaixo você ainda tem o direito de sentir orgulho, que aos bem-aventurados será defeso.” (8º§) – ditosos
- C) “Lá não há linha divisória entre o proibido e o permitido, antes uma maravilhosa subversão da disciplina.” (7º§) – desaprovação
- D) “Aliás, desconfio muito de que netos são melhores que namorados, pois que as violências da mocidade produzem mais lágrimas do que enlevos.” (5º§) – alegrias

11) A tese defendida na crônica está corretamente indicada em:

- A) Externar sobre a emoção de “ser avó” – o direito de amar com extravagância.
- B) Revelar a inexplicável união entre avó e neto, um dos maiores desafios da alma.
- C) Realçar que os netos são compensações de toda nostalgia determinada pela mocidade.
- D) Enfatizar que a obrigação de educar e castigar é da avó, além de ser responsável pelas lisonjas.

12)

O varejo da experiência

Na mão inversa do gigantesco crescimento do comércio eletrônico, assistimos a uma transformação do varejo físico tradicional. Seja em relação à atividade dos shopping centers, seja em relação ao varejo de rua (brick-and-mortar stores), são conhecidas as razões que levaram ao atual cenário: ganhos de escala do on-line contra elevados custos de operação – mão de obra e imobiliário – do varejo físico; a eficiência logística e o conforto da entrega do on-line em casa; e a quase infinita variedade de produtos ofertados nas grandes plataformas e sites, em comparação com o estoque para venda em uma loja.

Nesse cenário, nem mesmo os grandes grupos de moda ficaram imunes: todos se veem diante de um cenário de redução de pessoal e dos números de pontos físicos. Diante dessa turbulência, existe uma solução para o ressurgimento do comércio varejista? E a resposta, por mais incrível que pareça, é um sim.

Na verdade, ela já se encontra em andamento, por meio do “varejo de experiência” (experiential retail). Essa nova perspectiva parte da premissa de que o consumidor físico segue existindo, mas agora requer espaços (lojas) que ofereçam não apenas produtos, mas imersões. Estamos diante de um consumidor sensorial que não mais se contenta com o mero comprar.

Recente pesquisa de um think tank do varejo americano traz números impressionantes: 60% dos consumidores do varejo físico requerem mais espaço em uma loja para experiências do que para produtos: 81% aceitam pagar um preço superior se passam por “experiências” antes de comprar; 93% dos consumidores que adquirem a partir de experiências – e não por fatores econômicos – se tornam clientes fiéis da marca ou da empresa.

Conceitualmente as “experiências” do varejo podem ser tomadas como um conjunto de ações e de iniciativas inovadoras que caminham lado a lado, dentro do processo de desenvolvimento de uma marca ou produto. Para tanto, partem de alguns pressupostos, como a habilidade que permita o

estabelecimento de uma relação pessoal desde o vendedor até os proprietários da marca; uma estética própria que vá desde a funcionalidade e apresentação do produto até questões de ESG. E, embora seja um contrassenso querer catalogar todas as possíveis experiências, posto que a criatividade aqui deve ser ilimitada, destacamos algumas que vêm sendo incorporadas por empresas com varejo físico.

A primeira delas é a realização de eventos que permitam uma aproximação com os clientes, formadores de opinião, influenciadores digitais e imprensa. A verdade é que o pós-pandemia exacerbou a necessidade de um sentimento de pertencimento, que, via de regra, se desenvolve prioritariamente pelo contato físico e preferencialmente em um ambiente despojado em que a experiência possa ser lembrada.

Uma outra abordagem é a interação com a cultura, as artes e o esporte. Apoio a feiras de arte, desfiles de moda, espetáculos teatrais ou um camarote de carnaval. Participação em um torneio de tênis ou suporte a grandes clubes ou exposição em estádio de futebol. Nesse caso, naturalmente se desenvolve uma associação mental entre a marca e um momento ou período prazeroso, o qual foi propiciado pela experiência.

As parcerias também são formas de experiências que turbinam a percepção de mercado, ao juntar empresas e produtos que não competem entre si, quando, pelo contrário, se complementam. Chamadas de co-branding, as parcerias ainda têm a vantagem de permitir a troca de experiências não só dentro da comunidade que se quer cativar, como também entre os próprios staffs das empresas envolvidas. Os chamados seedings ou “recebidos” são ações de co-branding que geram encantamento e conteúdo que são facilmente multiplicados nas redes sociais.

Também o envolvimento com questões sociais e ambientais. Nos dias atuais, as empresas são cobradas não só pelo que produzem ou vendem, mas por seus posicionamentos em temas que transcendem a atuação empresarial. Trata-se de uma abordagem por vezes delicada, mas que é irrenunciável. Vivemos um momento em que a omissão pode ser tão ou mais maléfica que um posicionamento que possa até mesmo se mostrar como o não mais adequado.

Enfim, por meio dessas e de outras formas de experiência, o comércio varejista começa um novo tempo. Deve assim ser utilizado como um ambiente de criatividade, de inovação e de aproximação com a sociedade ao atuar complementarmente a outros canais de comercialização.

(JANUZZI, Melissa. Em: 06/10/2023.)

Analise as expressões sublinhadas em “[...] as parcerias ainda têm a vantagem de permitir a troca de experiências não só dentro da comunidade que se quer cativar, como também entre os próprios staffs das empresas envolvidas.” (8º§) As expressões destacadas foram usadas para exprimir ideia de:

- A) Oposição.
- B) Conclusão.
- C) Explicação.
- D) Acréscimo.

13) Os termos “enfim” e “em fim” existem na língua portuguesa. No entanto, devem ser usados com critérios. A partir dessa consideração, analise o emprego de “enfim” no seguinte trecho do texto: “Enfim, por meio dessas e de outras formas de experiência, o comércio varejista começa um novo tempo.” (10º§)

Assinale a alternativa cuja palavra “enfim” foi empregada **INCORRETAMENTE**.

- A) Dessa forma, enfim, o processo foi concluído.
- B) Enfim, o resultado que esperávamos foi divulgado.
- C) Ele cometeu muitos erros, mas se arrependeu enfim de vida.
- D) Após uma longa semana de trabalho, enfim, posso descansar.

14) Em “*Trata-se de uma abordagem por vezes delicada [...]*” (9º§), a flexão do verbo está corretamente empregada na terceira pessoa do singular devido à indeterminação do sujeito. Assinale a alternativa que **NÃO** segue a mesma regra.

- A) Vende-se o carro usado.
- B) Precisa-se de trabalhadores criativos.
- C) Necessita-se de assessores dinâmicos.
- D) Acredita-se em um acordo entre as partes.

15) De acordo com norma culta e conforme o contexto em que o verbo está inserido, ele poderá ser classificado como transitivo direto ou transitivo indireto. Assinale a alternativa cujo verbo sublinhado é transitivo indireto.

- A) “Recente pesquisa de um think tank do varejo americano traz números impressionantes: [...]” (4º§)
- B) “A verdade é que o pós-pandemia exacerbou a necessidade de um sentimento de pertencimento [...]” (6º§)
- C) “Na mão inversa do gigantesco crescimento do comércio eletrônico, assistimos a uma transformação do varejo físico tradicional.” (1º§)
- D) “[...] posto que a criatividade aqui deve ser ilimitada, destacamos algumas que vêm sendo incorporadas por empresas com varejo físico.” (5º§)

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

16) De acordo com Paludo (2013), o processo de organização da Administração Pública envolve a criação de órgãos e entidades, a sua estruturação, eventuais alterações e extinções, a definição de suas atribuições e competências administrativas, entre outras determinações. Sobre o processo de organização da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

I. A Administração Pública direta é composta pelos próprios órgãos dos poderes que compõem as pessoas jurídicas de direito público e privado, com capacidade política ou administrativa.

II. As agências reguladoras são autarquias especiais criadas para exercer as funções de regulação e fiscalização, e, embora sujeitas à supervisão ministerial, se encontram fora da hierarquia administrativa e da influência política.

III. As fundações públicas são entidades que possuem personalidade jurídica de direito público, e tem como características: criação autorizada por lei específica, personalidade jurídica própria, patrimônio próprio e autonomia administrativa.

IV. As empresas públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, criadas mediante legislação específica, com patrimônio próprio e capital majoritariamente privado.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) III.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.

17) As teorias a respeito das necessidades humanas fornecem a primeira explicação significativa sobre o papel dos motivos internos da motivação. Segundo tal ideia, o comportamento humano é motivado por estímulos interiores chamados necessidades – estados de carência. As pessoas agem nas mais diferentes situações para satisfazer estes estados de carência. A fome é uma necessidade que motiva o organismo a procurar alimento (direção da motivação). Quanto mais forte a necessidade, maior é o empenho em realizar o objetivo de conseguir alimento (intensidade da motivação).

Na escala da hierarquia de Maslow, esta demanda denomina-se necessidade

- A) social.
- B) básica.
- C) de estima.
- D) de segurança.

18) De acordo com o guia PMBOK 7ª edição, diversas são as variáveis de projeto que podem influenciar as variáveis de desenvolvimento. Considerando tais variáveis, assinale o termo no qual a sua essência é considerada como um procedimento imprescindível, pois libera formalmente recursos, avalia os resultados atingidos e documenta as lições aprendidas e as entregas.

- A) Termo de abertura.
- B) Termo de encerramento.
- C) Termo de acompanhamento.
- D) Relatório com o mapeamento de riscos.
- E) Relatório de identificação das partes interessadas.

19) Sobre Ética e Responsabilidade Social, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() Ética é a disciplina ou campo do conhecimento que trata da definição e avaliação do comportamento de pessoas e organizações. O comportamento ideal é definido por meio de um código de conduta ou de ética, implícito ou explícito.

() Ética é a maneira de pôr em prática os valores morais. É um sistema de balizamento ou de codificação para ser usado na tomada de decisões. É a forma de traduzir a moral em atos.

() Entende-se por Responsabilidade Social a obrigação da organização de atuar de modo que sirva tanto aos seus próprios interesses quanto ao seu público externo. É tomar decisões e ações que contribuam para um melhor bem-estar e, também, para os interesses da própria organização e da sociedade.

() Ética é a ciência normativa dos comportamentos humanos.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, V.
- B) F, F, V, F.
- C) V, V, F, F.
- D) F, F, F, V.

20) O Estado detém competência privativa para legislar sobre a política remuneratória de seus servidores. Considerando o que determinam as normas regentes da Administração Pública é correto afirmar que:

- A) A fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva.
- B) A remuneração dos servidores somente poderá ser fixada por lei específica, sendo possível sua alteração por ato infralegal.
- C) A concessão de reajustes salariais setoriais com o fim de corrigir eventuais distorções remuneratórias viola o princípio da isonomia.

D) O Poder Judiciário tem competência para determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei para promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO MARANHÃO

21) Considere o mapa e os textos a seguir.



(Disponível em: <https://www.bnb.gov.br>)

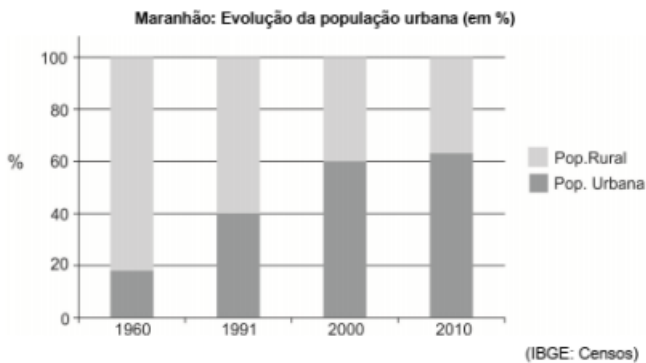
I. Com 52 municípios, produziu 21,1% do PIB do estado em 2015, concentrando 17,4% do mercado de trabalho formal estadual. Revela maior predominância nas atividades econômicas da indústria, com peso da construção civil e da indústria de transformação, agregada à produção de papel e celulose. Cabe notar o destaque da formação de riqueza gerada no município que participa com 7,6% do PIB Estadual, sediando o parque fabril da empresa Suzano Papel e Celulose.

II. A Mesorregião participou com 8,7% do PIB estadual em 2015. Embora composta por 19 municípios e com pouco mais de 5,3% do emprego formal do estado, a Mesorregião apresenta o maior PIB per capita maranhense, influenciado pelo complexo soja-milho e algodão, e o menor contingente populacional, com 4,7% da população do estado.

Os textos I e II descrevem, respectivamente, as mesorregiões

- A) 4 e 3.
- B) 2 e 1.
- C) 1 e 5.
- D) 4 e 5.
- E) 2 e 4.

22) Considere o gráfico e as afirmações a seguir.



I. No período entre 1960 e 2010, o número de municípios no estado cresceu mais de 100%, totalizando 217; no entanto, apenas 10 municípios concentram 1/3 da população maranhense.

II. A criação da região metropolitana de São Luís, no início da década de 1990, deu forte impulso à urbanização do estado e, em 2017, a Grande São Luís tornou-se a terceira região metropolitana do Nordeste.

III. Nas últimas décadas, o êxodo rural e o avanço da tecnologia no campo tiveram forte impacto sobre a redução da população rural e, conseqüentemente, sobre o total de trabalhadores rurais no estado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I e II.
- B) I.
- C) I e III.
- D) II.
- E) II e III.

23) Sobre a França Equinocial e a conquista do Maranhão e Grão-Pará, é correto afirmar:

- A) A França Equinocial foi um projeto de colonização no território do atual estado do Ceará, liderado por comerciantes franceses no início do século XVII.
- B) O Forte de São Luís, que deu origem à cidade de São Luís do Maranhão, foi construído por espanhóis como forma de proteção contra os avanços holandeses na região.
- C) Após a rendição dos franceses em São Luís, os portugueses e espanhóis não ofereceram nenhuma compensação aos franceses pelas perdas sofridas.
- D) A cidade de Belém foi fundada com o objetivo estratégico de controlar o acesso às minas de prata do Peru, sendo inicialmente um forte de madeira chamado Presépio.
- E) Os ingleses e holandeses não tiveram presença significativa no Amazonas, mantendo-se concentrados mais ao sul do Brasil colonial.

24) A respeito da Batalha de Guaxenduba e seus desdobramentos históricos, é correto afirmar:

A) A Batalha de Guaxenduba foi um confronto decisivo que confirmou a soberania espanhola sobre o Maranhão, consolidando o domínio sobre a região amazônica.

B) Daniel de La Touche, líder da expedição francesa, conseguiu manter a posição no Maranhão até ser convencido a se render em 1619, após negociações diplomáticas diretas com o governo português.

C) A fortificação construída pelos portugueses na praia de Guaxenduba era conhecida como Forte de Santa Maria, e teve um papel crucial na defesa contra os franceses.

D) Após a batalha, os franceses receberam uma indenização significativa e foram autorizados a estabelecer uma colônia menor no sul do Brasil como parte do acordo de paz.

E) A trégua proposta por Daniel de La Touche após a batalha foi imediatamente rejeitada pelos portugueses, que continuaram as hostilidades até capturar o Forte de Saint Louis.

25) Qual das seguintes afirmações sobre o estado do Maranhão é correta?

- A) O Maranhão é limitado ao sul pelo estado da Bahia.
- B) São Luís, a capital do Maranhão, está localizada na região sul do estado.
- C) A área territorial do Maranhão é de aproximadamente 330.000 km².
- D) O Maranhão é famoso por suas extensas praias fluviais ao longo do rio Amazonas.
- E) O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é uma importante atração turística, situada no litoral oriental do estado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26) Sobre o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão, analise as seguintes afirmações:

- A) A apreciação de qualquer lesão ou ameaça a direito, independentemente de sua natureza, é competência exclusiva do Poder Judiciário Estadual.
- B) O Tribunal de Justiça pode declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato do Poder Público apenas por maioria simples de seus membros.
- C) É permitido ao Judiciário avaliar a conveniência e a oportunidade dos atos oriundos dos outros Poderes.
- D) Os juízes e tribunais podem requisitar o auxílio da Força Pública para garantir o cumprimento de seus atos, sem que a autoridade competente possa contestar os fundamentos da decisão.
- E) O Ano Judiciário no Estado do Maranhão começa com a primeira sessão do Plenário em fevereiro de cada ano.

27) Analisando as disposições da Lei Nº 6.107, de 27 de julho de 1994, relacionadas a diferentes aspectos do serviço público, julgue as seguintes afirmações:

- A) A readaptação do servidor estável pode ocorrer independentemente de existir uma vaga, desde que seja compatível com suas limitações físicas ou mentais.
- B) Um servidor aposentado por invalidez pode ser revertido à atividade independentemente de sua idade, desde que os motivos da aposentadoria sejam declarados insubsistentes por junta médica oficial.
- C) A reintegração de um servidor estável ocorrerá em qualquer situação, inclusive se o cargo anterior tiver sido extinto, colocando o servidor diretamente em outro cargo.
- D) A recondução ao cargo anterior é possível apenas se o cargo de origem ainda estiver disponível e não tiver sido extinto.
- E) Um servidor reconduzido tem direito a uma indenização pela recondução, independentemente das circunstâncias que motivaram sua movimentação.

28) Com base na Lei Nº 9.109 de 29 de dezembro de 2009, que regula as custas e emolumentos judiciais no Estado do Maranhão, analise as seguintes afirmações:

- A) A conta de custas é calculada apenas com base nas tabelas de Distribuição e Contadoria, sem considerar outros itens listados nas tabelas anexas à lei.
- B) No caso de redistribuição do processo devido ao reconhecimento de incompetência territorial, as custas já pagas serão devolvidas ao pagante.
- C) As custas na reconvenção correspondem ao valor total determinado nas tabelas anexas a esta Lei.
- D) A desistência do processo ou o abandono pelo autor implica na restituição das custas já recolhidas.
- E) Se um litigante for parcialmente vencedor e parcialmente vencido, as custas serão distribuídas e compensadas entre os litigantes de forma proporcional.

29) Considerando o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, avalie as afirmações a seguir:

- A) A Seção Cível exige a presença de todos os membros das câmaras isoladas cíveis para sua constituição e funcionamento.
- B) O Plenário do Tribunal pode funcionar com qualquer número de desembargadores, desde que o presidente esteja presente.
- C) Nas Câmaras Reunidas Cíveis, o presidente é sempre o vice-presidente do Tribunal.
- D) O quórum mínimo para o funcionamento das Câmaras Reunidas, tanto cíveis quanto criminais, é de seis desembargadores, incluindo o presidente.
- E) Cada Câmara Isolada, seja cível ou criminal, é composta por cinco desembargadores.

30) Com base na Lei Nº 11.690, de 11 de maio de 2022, que define o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão, avalie as seguintes afirmações:

- A) O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos é regido por um regime jurídico que permite aos servidores do Poder Judiciário ocupar simultaneamente dois cargos públicos efetivos.
- B) Todos os servidores do Poder Judiciário do Maranhão são automaticamente incluídos no Quadro Único de Pessoal, independentemente do tipo de provimento de seus cargos.
- C) As carreiras no Poder Judiciário do Maranhão são definidas unicamente pela complexidade das tarefas e não levam em consideração o nível de conhecimento ou qualificação do servidor.
- D) Uma das finalidades do Plano é vincular o percurso funcional do servidor aos objetivos institucionais, promovendo igualdade de oportunidades e reconhecimento do mérito e da qualificação profissional.
- E) Cada servidor no Poder Judiciário do Maranhão pode, através de promoção, avançar rapidamente além de sua classe sem cumprir os requisitos de desenvolvimento funcional.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

31) “É o processo administrativo que distribui tarefas e recursos pelos membros da empresa; determina quem tem autoridade sobre quem, e quando e onde se devem tomar decisões. É a etapa do processo de administração que agrupa e estrutura os recursos organizacionais e estabelece os mecanismos de comunicação e coordenação entre seus membros de forma a permitir que se alcancem os objetivos estabelecidos de modo eficiente.” As informações se referem a:

- A) Direção.
- B) Controle.
- C) Organização.
- D) Planejamento.

32) Stoner e Freemann (1999, p. 346) definem estilos de liderança como “os vários padrões de comportamento preferidos pelos líderes durante o processo de dirigir e influenciar os trabalhadores”. É a forma como os líderes se comportam diante de seus liderados, variando de acordo com a situação exposta. Por isso, Robbins afirma que o líder é flexível e pode mostrar qualquer comportamento ou estilo, dependendo da situação. Para Chiavenato (2003, p. 124), os estilos de liderança “são teorias que estudam a liderança em termos de estilos de comportamento do líder em relação aos seus subordinados. A abordagem dos estilos de liderança se refere àquilo que o líder faz, isto é, o seu de comportamento de liderar”. O comportamento do líder e seus atos em relação aos seus liderados irá determinar seu estilo de liderança. Sobre o exposto e, ainda, considerando a liderança Laissez-Faire, assinale a afirmativa correta.

A) Forma de liderança onde o grupo possui participação ativa na discussão da programação do trabalho, na divisão das tarefas, sendo as decisões tomadas coletivamente e não utiliza do poder coercitivo para liderar, trabalha no consenso e no equilíbrio emocional.

B) Baseiam-se em seus próprios conjuntos de valores e habilidades; são extremamente diretivos sob o ponto de vista da orientação e definição das prioridades, estabelecem prazos, definem normas e organizam os processos de trabalho. Não possibilitam ambientes de discussão e tomada de decisão compartilhada.

C) O líder, neste caso, atua de acordo com o perfil e maturidade do funcionário. A maturidade consiste na capacidade de estabelecer objetivos e metas, aceitar as responsabilidades e a aptidão para desempenhar a tarefa solicitada, sendo que esse critério é avaliado pelo líder, visando saber se o subordinado tem experiência e formação para desempenhar a tarefa delegada.

D) É um tipo de liderança onde só há a intervenção do líder quando for solicitado. É o grupo quem decide seus prazos e metas onde o líder não intervém na divisão das tarefas. Pode ser encontrada nos negócios de alto nível de criação, por exemplo, trabalhos específicos de motivação e capacitação, brainstorming e funciona em equipes onde os indivíduos têm muita experiência e espírito de iniciativa.

33) A rede de fast food ABC deseja melhorar o atendimento ao cliente em suas lojas. Ela seleciona a rede de fast food XYZ, conhecida por oferecer um excelente atendimento ao cliente como seu ponto de referência, e passa a coletar dados sobre suas práticas de atendimento, tais como informações sobre treinamento de funcionários, tempos de espera, qualidade dos alimentos, processos de atendimento no balcão etc. Após o levantamento, realiza a comparação das informações obtidas na rede XYZ com os dados internos da ABC; percebe algumas lacunas como: a XYZ treina seus funcionários em atendimento ao cliente por meio de simulações de situações reais, enquanto a ABC oferece apenas treinamento em sala de aula, o que não prepara adequadamente os funcionários para lidar com situações reais de atendimento ao cliente. Tendo verificado tal diferença, a ABC implementa mudanças baseando-se no que aprendeu na XYZ e passa a monitorar o progresso das modificações coletando feedback dos clientes sobre sua satisfação com o tempo de espera e a qualidade dos alimentos. Obtendo resultados positivos sobre a satisfação dos clientes, é possível determinar que as mudanças impactaram positivamente sobre o atendimento. Considerando o cenário apresentado, assinale o método empregado pela organização.

A) Just in time.

B) Reengenharia.

C) Benchmarking.

D) Balanced Scorecard.

34) Existem etapas que regem a classificação de materiais, seja na administração pública, ou na administração privada. Essas etapas devem ser seguidas com vistas a um melhor resultado na determinação de níveis de estoque, tempo de ressuprimento, previsão de níveis de estoque, estoques de segurança e avaliação de estoques. Assinale a alternativa em que se encontram relacionadas as etapas na classificação de materiais e a ordem correta em que devam ser aplicadas.

A) Previsão; Catalogação; Flexibilização; Especificação; Numeração; e, Padronização.

B) Codificação; Padronização; Numeração; Ampliação; Flexibilização; e, Catalogação.

C) Padronização; Especificação; Flexibilização; Codificação; Catalogação; e, Normalização.

D) Catalogação; Simplificação; Especificação; Normalização; Padronização; e, Codificação.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

35) O modelo gerencial da Administração Pública, popularmente conhecido como nova Administração Pública, emerge na segunda metade do século XX, em resposta à expansão das funções econômicas e sociais do Estado, desenvolvimento tecnológico e globalização da economia mundial (PALUDO, 2013). Sobre o modelo gerencial e suas características, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() O modelo gerencial tem como principal objetivo orientar a Administração Pública em direção a valores de eficácia e qualidade na prestação dos serviços públicos, promovendo o desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações, inspirada no setor privado.

() Uma das disfunções do modelo gerencial é o apego exagerado às normas e regulamentos internos, em que o servidor era mais valorizado por conhecer as regras e os procedimentos do que pelos conhecimentos técnico-profissionais.

() O modelo gerencial objetiva fortalecer e ampliar a autonomia da burocracia estatal, organizada em carreiras de Estado, valorizando o seu trabalho técnico e político. Isso visa permitir sua participação, junto aos políticos e à sociedade, na formulação e gestão das políticas públicas.

() O modelo gerencial caracteriza-se pela centralização, criação de novos níveis hierárquicos e pela padronização dos processos, visando garantir maior eficiência, controle e aprimoramento nos serviços públicos.

A sequência está correta em

- A) V, F, V, F.
- B) F, F, V, V.
- C) V, V, F, F.
- D) F, V, F, V.

36) A sociedade vem, cada vez mais, passando por grandes transformações, as chamadas megatendências, eventos com alta probabilidade de ocorrência futura e que impactam os negócios, a economia, a sociedade, o meio ambiente, a cultura e os indivíduos. As mudanças geradas pelas megatendências exigem que a Administração se adapte a elas (CHIAVENATO, 2014; MARCIAL, PIO, 2023). É considerada uma das megatendências atuais:

- A) Disputas por recursos naturais, em especial água, alimentos e fontes energéticas.
- B) Rejuvenescimento populacional devido à redução da expectativa de vida e aumento da taxa de fertilidade.
- C) Retração da exploração espacial a partir da visão do espaço sideral como algo impraticável de ser conquistado.
- D) Transição para economia de alto carbono, com aumento do impacto ambiental pela emissão de mais gases de efeito estufa.

37) A transição do modelo de administração racional-legal para o paradigma pós-burocrático é marcada por diversas mudanças significativas. Considerando este contexto, assinale a afirmativa correta.

- A) Uma mudança para o modelo pós-burocrático implica na total substituição da gestão pública por iniciativas privadas, desconsiderando o papel do Estado na Administração Pública.
- B) O paradigma pós-burocrático é caracterizado pela forte centralização do poder decisório, aumentando a rigidez das normas e procedimentos em comparação com o modelo racional-legal.
- C) No paradigma pós-burocrático, há um movimento em direção à maior flexibilidade, ênfase em resultados e responsividade, mantendo algumas estruturas formais do modelo racional-legal.
- D) A administração pós-burocrática abandona completamente as estruturas hierárquicas e as regras formais, adotando uma abordagem, exclusivamente, baseada em redes sociais e colaboração informal.

38) Na Administração Pública, governança, governabilidade e accountability desempenham papéis cruciais para garantir um governo eficaz, transparente e responsável. Descreve corretamente a relação entre tais conceitos:

- A) Governabilidade se concentra na conformidade com as leis; governança envolve a tomada de decisões; e, accountability é a capacidade de governar.
- B) Governança refere-se à capacidade do governo de implementar políticas; governabilidade envolve a

transparência; e, accountability é o mesmo que governança.

C) Governabilidade lida com a capacidade do governo de governar; governança envolve a prestação de contas; e, accountability é a capacidade do governo de tomar decisões.

D) Governança aborda a responsabilização e transparência; governabilidade diz respeito à capacidade do governo de governar; e, accountability envolve a responsabilização do governo perante os cidadãos e outras partes interessadas.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA ORÇAMENTÁRIA

39) Por mais assertivas que sejam as unidades encarregadas do planejamento orçamentário, sempre há ocasiões imprevistas ou imprevisíveis que justificam a alteração das dotações orçamentárias, o que é levado a efeito através dos créditos adicionais. Diante do exposto, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os créditos adicionais suplementares são aqueles destinados a reforço de dotação orçamentária já existente na Lei Orçamentária Anual. Necessitam de prévia autorização legislativa.
- B) Os créditos extraordinários se destinam a atender situações de calamidade ou guerra iminente. Sua vigência não necessariamente está restrita ao exercício de abertura, mas carece de indicação prévia da fonte de recursos para custear as novas despesas.
- C) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.
- D) A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

40) De acordo com a Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, responda à questão.

De acordo com a referida lei, a operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro. Sobre as exigências para realização de Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, analise as afirmativas a seguir.

I. Realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício.

II. Deverá ser liquidado e pago, o valor principal, desconsiderando juros e outros encargos

incidentes, até o dia trinta e um de dezembro de cada ano.

III. Estará proibida no último ano de mandato do Presidente e Governador, sendo permitido apenas para Prefeito Municipal.

Sobre as exigências para realização de Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

41) Sobre os princípios que regem o ciclo orçamentário brasileiro, considere os seguintes enunciados:

1. Previsto, de forma expressa, pelo caput do Art. 2º da Lei nº 4.320/1964: determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

2. Previsto no § 8º do Art. 165 da Constituição Federal: estabelece que a LOA não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

3. Previsto pelo Art. 6º da Lei nº 4.320/1964: obriga registrarem-se receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.

Os enunciados 1, 2 e 3 descrevem, respectivamente, os conceitos dos seguintes princípios:

- A) Unidade; Exclusividade; e, Equilíbrio.
- B) Universalidade; Unidade; e, Não-Afetação.
- C) Unidade; Exclusividade; e, Orçamento Bruto.
- D) Totalidade; Universalidade; e, Orçamento Bruto.

42) “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais. Estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.”

As informações se referem a:

- A) Plano Plurianual.
- B) Orçamento Anual.
- C) Diretrizes Orçamentárias.
- D) Decreto Legislativo Orçamentário.

DIREITO CONSTITUCIONAL

43) Liang Akame é pesquisadora no campo das Ciências Sociais, sendo um dos seus objetos de interesse a organização dos textos constitucionais nos diversos países do mundo. Ao se deparar com uma Constituição, em que parte do texto pode ser modificada por procedimentos mais simples e outra parte somente por procedimento com iniciativa e quórum especial e, portanto, com maior dificuldade, configura que essa Constituição deve ser classificada como:

- A) Semi-rígida.
- B) Semi-sintética.
- C) Semi-outorgada.
- D) Semi-democrática.

44) A Constituição Federal (CF) de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, é a que rege todo o ordenamento jurídico brasileiro. Desde a independência do Brasil em 1822, é a sétima Constituição que nosso país tem – e a sexta desde que nos tornamos uma República.

(Disponível em:

<https://www.politize.com.br/constituicao-federal-1988/>. Acesso em: 07/10/2023.)

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- A) Garantir o desenvolvimento nacional.
- B) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- C) Promover a conscientização que a desigualdade social é inerente às ações públicas.
- D) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

45) Tendo em vista os direitos e deveres individuais e coletivos, presentes no Art 5º da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.
- B) O ordenamento jurídico brasileiro considera que os crimes de racismo e os hediondos são imprescritíveis.
- C) Os mandados de criminalização constituem o dever de criminalizar determinadas condutas em razão de sua relevância.
- D) O princípio do juiz natural, de acordo com a Constituição Federal, prevê que não haverá juízo ou tribunal de exceção, não podendo ninguém ser sentenciado, senão pela autoridade competente.

46) Os militares Marcelo, Alfredo e Gabriel reuniram-se e decidiram, em comum acordo, deixar de cumprir, sem justo motivo, determinação escrita de seu superior hierárquico. A autoridade militar competente, classificando a conduta como transgressão militar de natureza grave, decretou a prisão disciplinar de Marcelo, Alfredo e Gabriel por dez dias. Considerando as disposições contidas na Constituição Federal, a prisão dos militares é

- A) ilegal, deverá ser imediatamente relaxada por meio de habeas corpus.
- B) ilegal, deverá ser imediatamente relaxada por meio de mandado de segurança.
- C) legal, pois sua conduta configura transgressão militar, hipótese excepcionada pela própria Constituição.
- D) ilegal, pois não há contra eles um mandado de prisão escrito e expedido por uma autoridade judiciária competente.

DIREITO TRIBUTÁRIO

47) O Direito Administrativo brasileiro não é codificado. Diante disso, as funções sistematizadora e unificadora de leis, em outros ramos desempenhadas por códigos no Direito Administrativo, cabem aos princípios. Se entende que princípios são regras gerais que a doutrina identifica como condensadoras dos valores fundamentais de um sistema. São considerados supraprincípios ou superprincípios definidos pela doutrina majoritária:

- A) Legalidade e eficiência.
- B) Moralidade e publicidade.
- C) Impessoalidade e presunção de veracidade.
- D) Supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público.

48) O prefeito de determinada cidade criou por meio de projeto de lei uma autarquia municipal, com a finalidade de desempenhar os serviços de saneamento básico, como abastecimento de água, tratamento do esgoto e limpeza pública no município. NÃO se trata de característica de autarquia pública:

- A) Tem personalidade jurídica de direito público.
- B) Compõe a organização da administração direta.
- C) Possui uma gestão administrativa e financeira descentralizada.
- D) Serviço autônomo com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios.

49) Sobre consórcios públicos, uma das formas da chamada organização administrativa, analise as afirmativas a seguir.

I. Sua personalidade jurídica será, obrigatoriamente, de direito público, constituindo-se como associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação de protocolo de intenções e

integrando a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

II. O consórcio público observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos e à prestação de contas.

III. O fato de a assembleia geral ser a instância máxima do consórcio público é cláusula necessária do protocolo de intenções.

IV. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio, que poderá utilizá-los para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

Nos termos da Lei nº 11.107, de 11 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I, II e IV.
- D) I, III e IV.

50) Mônica foi nomeada para atuar como administradora no Instituto de Previdência dos servidores de determinado município. Em seu primeiro dia, foi informada que deveria compreender bem as relações de poderes que regem a atividade administrativa e a atuação nas organizações públicas. De acordo com Medeiros, Burle Filho e Burle (2016, p. 137), os poderes administrativos nascem com a Administração e se apresentam diversificados segundo as exigências do serviço público, o interesse da coletividade e os objetivos a que se dirigem. Dentre os tipos de poderes administrativos e suas características, aquele que “decorre das faculdades implícitas para o superior, tais como dar ordens e fiscalizar o seu cumprimento, a de delegar e avocar atribuições e rever os atos dos inferiores” denomina-se poder

- A) de Polícia.
- B) Disciplinar.
- C) Hierárquico.
- D) Regulamentar.

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Comentários e Gabaritos

01)

Aprender, aprender, aprender

Por Maria do Carmo Nóbrega.

Capacitar e valorizar cada vez mais o profissional da contabilidade brasileiro. Esta sempre foi uma das maiores bandeiras desse líder nato, natural do Crato-CE e filho da dona Maria e do seu Antônio, José Martonio Alves Coelho. Nesta entrevista especial para a RBC, em decorrência do Dia do Profissional da Contabilidade, o contador e ex-presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) fala um pouco da leitura desse novo profissional, tecnológico e multidisciplinar, e do futuro da profissão.

Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) – A emblemática frase “Trabalhemos, pois, bem unidos, tão convencidos de nosso triunfo, que desde já consideramos 25 de abril o Dia do Contabilista Brasileiro” foi proferida em 25 de abril de 1926 pelo Patrono dos Profissionais da Contabilidade, João Lyra. A partir da sua ampla visão na esfera contábil, aponte um motivo para a comemoração da data, neste ano de 2023, em grande estilo.

Martonio – Considero que, por trás da data simbólica, não existe um motivo único para a comemoração, mas um conjunto de motivos. São incontáveis lutas, desafios e conquistas ao longo desses quase 100 anos. Durante esse tempo, nossos vários antecessores, com suas dignas competências e compromissos, buscaram a valorização e o pleno desenvolvimento da profissão – profissionais valorosos que não arredaram de sua missão de realizarem um trabalho de excelência, a partir da união de seus pares, com absoluta responsabilidade e ética.

Desde a formação dos nossos primeiros guarda-livros, que tinham atribuições mais restritas e simplórias do que as que desempenhamos atualmente, foram muitas vitórias à custa de tantas dificuldades. De 1926 para cá, a Ciência Contábil tornou-se exigente quanto ao conhecimento teórico, aperfeiçoou suas práticas, modernizou seus procedimentos e normativos e adotou a tecnologia da informação como a sua grande aliada.

Com isso, hoje, temos muito a comemorar. Comemorar o fato de que a profissão contábil alcançou o seu justo e legítimo espaço na sociedade brasileira; de que somos uma profissão indispensável, respeitada e forte, beirando a marca de 530 mil profissionais e de 85 mil organizações contábeis, totalmente afinada e em sintonia com o que estabelece a nossa lei de regência, o Decreto-Lei nº 9.295, de 1946, que regulamenta a profissão e institui os Conselhos de Contabilidade; de que transcendemos as paredes dos escritórios a partir do momento que passamos a nos capacitar e a nos aprimorar ainda mais, desenvolvendo a nossa capacidade de atuar não só dentro da lógica dos números, mas de relacioná-los ao ambiente dos negócios.

(Aprender, aprender, aprender. REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. Edição nº 260, março/abril de 2023. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2023/05/RBC260_mar_abr.pdf. Fragmento.)

A partir das escolhas linguísticas empregadas no texto e de suas demais características estruturais, pode-se afirmar que:

- A) A escolha do tipo de linguagem, predominantemente empregada, possui associação diretamente relacionada às expectativas advindas do gênero textual que se apresenta caracterizado no texto.
- B) Quanto à sua finalidade, observa-se a busca, principalmente, por experiências pessoais e subjetivas a partir da constatação de destaque em área do conhecimento explorada no contexto apresentado.
- C) A interação estabelecida entre entrevistado e entrevistador torna-se fundamental para que a aquisição e troca de conhecimentos de forma recíproca seja confirmada como estratégia persuasiva em tal tipo textual.
- D) É possível reconhecer que a construção do texto apresentado requer um planejamento prévio em que dados relevantes são considerados de acordo com a exigência do tema abordado, diferentemente do que ocorreria caso o tema se referisse a uma área diferente do conhecimento.

Comentário:

A) Correta. O texto utiliza uma linguagem formal e técnica, com um tom informativo e celebratório, o que é esperado em uma entrevista dentro de uma publicação especializada como a Revista Brasileira de Contabilidade. Esta escolha de linguagem está alinhada às expectativas do gênero textual, que visa informar e discutir temas profissionais de forma detalhada e precisa.

B) Incorreta. O texto não foca primordialmente em experiências pessoais e subjetivas. Embora mencione brevemente o contexto pessoal do entrevistado, como sua origem e família, o foco principal está nas conquistas, evolução e importância da profissão contábil, destacando elementos técnicos e históricos.

C) Incorreta. Apesar de haver interação entre o entrevistador e o entrevistado, o texto não apresenta a troca de conhecimentos de forma recíproca como uma estratégia central. A entrevista é mais expositiva, com o entrevistado (Martonio) discorrendo sobre a história e a relevância da profissão contábil, ao invés de um diálogo exploratório ou persuasivo.

D) Incorreta. Embora o texto requeira um planejamento para incluir informações relevantes sobre a profissão contábil, a afirmação de que isso seria diferente se o tema fosse de outra área do conhecimento não é válida. Qualquer tema bem abordado em um texto exigiria planejamento e consideração de dados relevantes, independentemente da área do conhecimento.

Gabarito: Letra A.

02)

A arte de ser avó

Netos são como heranças: você os ganha sem merecer. Sem ter feito nada para isso, de repente lhe caem do céu. É, como dizem os ingleses, um ato de Deus. Sem se passarem as penas do amor, sem os compromissos do matrimônio, sem as dores da maternidade. E não se trata de um filho apenas suposto, como o filho adotado: o neto é realmente o sangue do seu sangue, filho de filho, mais filho que o filho mesmo...

Quarenta anos, quarenta e cinco... Você sente, obscuramente, nos seus ossos, que o tempo passou mais depressa do que esperava. Não lhe incomoda envelhecer, é claro. A velhice tem as suas alegrias, as suas compensações – todos dizem isso embora você, pessoalmente, ainda não as tenha descoberto – mas acredita.

Todavia, também obscuramente, também sentida nos seus ossos, às vezes lhe dá aquela nostalgia da mocidade. Não de amores nem de paixões: a doçura da meia-idade não lhe exige essas efervescências. A saudade é de alguma coisa que você tinha e lhe fugiu sutilmente junto com a mocidade. Bracinhos de criança no seu pescoço. Choro de criança. O tumulto da presença infantil ao seu redor. Meu Deus, para onde foram as suas crianças? Naqueles adultos cheios de problemas que hoje são os filhos, que têm sogro e sogra, cônjuge, emprego, apartamento a prestações, você não encontra de modo nenhum as suas crianças perdidas. São homens e mulheres – não são mais aqueles que você recorda.

E então, um belo dia, sem que lhe fosse imposta nenhuma das agonias da gestação ou do parto, o doutor lhe põe nos braços um menino. Completamente grátis – nisso é que está a maravilha. Sem dores, sem choro, aquela criancinha da sua raça, da qual você morria de saudades, símbolo ou penhor da mocidade perdida. Pois aquela criancinha, longe de ser um estranho, é um menino seu que lhe é “devolvido”. E o espantoso é que todos lhe reconhecem o seu direito de o amar com extravagância; ao contrário, causaria escândalo e decepção se você não o acolhesse imediatamente com todo aquele amor recalcado que há anos se acumulava, desdenhado, no seu coração.

Sim, tenho certeza de que a vida nos dá os netos para nos compensar de todas as mutilações trazidas pela velhice. São amores novos, profundos e felizes que vêm ocupar aquele lugar vazio, nostálgico, deixado pelos arroubos juvenis. Aliás, desconfio muito de que netos são melhores que namorados, pois que as violências da mocidade produzem mais lágrimas do que enlevos. Se o Doutor Fausto fosse avó, trocaria calmamente dez Margaridas por um neto...

No entanto – no entanto! – nem tudo são flores no caminho da avó. Há, acima de tudo, o entrave maior, a grande rival: a mãe. Não importa que ela, em si, seja sua filha. Não deixa por isso de ser a mãe do garoto. Não importa que ela, hipocritamente, ensine o menino a lhe dar beijos e a lhe chamar de “vovozinha”, e lhe conte que de noite, às vezes, ele de repente acorda e pergunta por você. São lisonjas, nada mais. No fundo ela é rival mesmo. Rigorosamente, nas suas posições respectivas, a mãe e a avó representam, em relação ao neto, papéis muito semelhantes ao da esposa e da amante dos triângulos conjugais. A mãe tem todas as vantagens da domesticidade e da presença constante. Dorme com ele, dá-lhe de comer, dá-lhe banho, veste-o. Embala- -o de noite. Contra si tem a fadiga da rotina, a obrigação de educar e o ônus de castigar.

Já a avó, não tem direitos legais, mas oferece a sedução do romance e do imprevisto. Mora em outra casa. Traz presentes. Faz coisas não programadas. Leva a passear, “não ralha nunca”. Deixa lambuzar de pirulitos. Não tem a menor pretensão pedagógica. É a confidente das horas de ressentimento, o último recurso nos momentos de opressão, a secreta aliada nas crises de rebeldia. Uma noite passada em sua casa é uma deliciosa fuga à rotina, tem todos os encantos de uma aventura. Lá não há linha divisória entre o proibido e o permitido, antes uma

maravilhosa subversão da disciplina. Dormir sem lavar as mãos, recusar a sopa e comer roquetes, tomar café – café! –, mexer no armário da louça, fazer trem com as cadeiras da sala, destruir revistas, derramar a água do gato, acender e apagar a luz elétrica mil vezes se quiser – e até fingir que está discando o telefone. Riscar a parede com o lápis dizendo que foi sem querer – e ser acreditado! Fazer má-criação aos gritos e, em vez de apanhar, ir para os braços da avó, e de lá escutar os debates sobre os perigos e os erros da educação moderna...

Sabe-se que, no reino dos céus, o cristão defunto desfruta os mais requintados prazeres da alma. Porém, esses prazeres não estarão muito acima da alegria de sair de mãos dadas com o seu neto, numa manhã de sol. E olhe que aqui embaixo você ainda tem o direito de sentir orgulho, que aos bem-aventurados será defeso. Meu Deus, o olhar das outras avós, com os seus filhotes magricelas ou obesos, a morrerem de inveja do seu maravilhoso neto!

E quando você vai embalar o menino e ele, tonto de sono, abre um olho, lhe reconhece, sorri e diz: “Vó!”, seu coração estala de felicidade, como pão ao forno.

E o misterioso entendimento que há entre avó e neto, na hora em que a mãe o castiga, e ele olha para você, sabendo que se você não ousa intervir abertamente, pelo menos lhe dá sua incondicional cumplicidade...

Até as coisas negativas se viram em alegrias quando se intrometem entre avó e neto: o bibelô de estimação que se quebrou porque o menininho – involuntariamente! – bateu com a bola nele. Está quebrado e remendado, mas enriquecido com preciosas recordações: os cacós na mãozinha, os olhos arregalados, o beijo pronto para o choro; e depois o sorriso malandro e aliviado porque “ninguém” se zangou, o culpado foi a bola mesma, não foi, Vó? Era um simples boneco que custou caro. Hoje é relíquia: não tem dinheiro que pague...

(QUEIROZ, Rachel de. *Elenco de cronistas modernos*. 21ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.)

Tendo em vista que as frases são estruturadas conforme princípios gerais de dependência e independência semântica e sintática, assinale a justificativa para o emprego das vírgulas no trecho “É, como dizem os ingleses, um ato de Deus.” (1º§)

- A) Realçar uma explicação.
- B) Destacar um vocativo enfático.
- C) Validar uma indecisão, uma incerteza.
- D) Assinalar uma dúvida de modo indireto.

Comentário:

A) Correta. As vírgulas neste trecho são utilizadas para inserir uma explicação adicional que é atribuída a uma fonte específica, nesse caso, "os ingleses". Esta inserção intercala uma frase que serve como uma clarificação ou apoio à declaração anterior. A expressão "como dizem os ingleses" é um aposto explicativo, que esclarece ou dá mais informações sobre o que é considerado "um ato de Deus".

B) Incorreta. Um vocativo é uma interrupção na frase para chamar ou se dirigir diretamente a alguém ou algo, frequentemente marcado por vírgulas. No entanto, "como dizem os ingleses" não é um vocativo, pois não chama ou se dirige diretamente a alguém, mas sim cita uma maneira de expressão.

C) Incorreta. Não há indecisão ou incerteza sendo validada no trecho em questão. A frase é bastante afirmativa e a expressão entre vírgulas serve para reforçar a declaração de que é um "ato de Deus", conforme a expressão comum em inglês.

D) Incorreta. Semelhante à alternativa C, não há uma indicação de dúvida no uso das vírgulas. A inclusão da expressão entre vírgulas serve para reforçar e esclarecer a afirmação, não para questioná-la.

Gabarito: Letra A.

03) Pronome é a classe de palavras que substitui ou acompanha os substantivos, podendo também retomá-los ou referir-se a eles em uma frase. Encontramos pronome indefinido em:

- A) “O tumulto da presença infantil ao seu redor.” (3º§)
- B) “Netos são como heranças: você os ganha sem merecer.” (1º§)
- C) “São homens e mulheres – não são mais aqueles que você recorda.” (3º§)
- D) “E então, um belo dia, sem que lhe fosse imposta nenhuma das agonias da gestação ou do parto, [...]” (4º§)

Comentário:

Letra A: Pronome Possessivo

“O tumulto da presença infantil ao **seu** redor.” (3º§)

Pronomes Possessivos

meu, teu, seu, nosso, sua, vosso, vossa.

Características

- **Delimitam** o substantivo a que se referem.
 - **Concordam com o substantivo** que vem depois dele e não concorda com o anterior.
 - São **acessórios** ao substantivo, sendo adjunto adnominal.
- Ex.:** Comprei **essa** caneca por **seu** arco ser verde. **Seu:** concorda com o substantivo (arco)
Essa: Pronome Adjetivo.

Letra B: Pronome de Tratamento.

“Netos são como heranças: **você** os ganha sem merecer.” (1º§)

Letra C: Pronome demonstrativo.

“São homens e mulheres – não são mais **aqueles** que você recorda.” (3º§)

Pronomes Demonstrativos

Este, Esse, Aquele, Aqueloutro, isto, isso, aquilo, o, a, os, as, mesmo, própria, tal, tais...

P.D. em relação ao Tempo

Este, Esta, Isto:	Esse, Essa, Isso:	Aquele, Aquela, Aquilo:
Indicam Presente. Ex.: Neste sábado tem cinema. Ex.: Esta noite iremos jantar.	Indica passado recente. Ex.: Esse sábado teve cinema. Ex.: Essa noite foi inesquecível.	Passado ou futuro distante. Ex.: Aquele passeio no ano passado foi ótimo.

P.D. em relação ao Texto

Este, esta, isto:	Esse, essa, isso:	Aquele, Aquela, Aquilo:
Refere-se ao que será mencionado. Ex.: Estes foram os números do sorteio: 1, 2, 3.	Já foi mencionado. Ex.: Lápis, caderno, caneta, bolsa, isso tudo está na lista do colégio.	Apontam o antecedente mais distante, já este, esta, isto, apontam para o mais próximo. Ex.: Marina e Maria são bonitas, aquela é loira, esta é morena.

P.D. em relação ao Espaço

Este, esta, isto:	Esse, essa, isso:	Aquele, Aquela, Aquilo:
Está perto do falante. Ex.: Este caderno aqui no meu colo é meu.	Está perto do ouvinte Ex.: Lápis, caderno, caneta, bolsa, isso tudo está na lista do colégio.	Está longe do ouvinte e do falante. Ex.: Aquele caderno que está no armário é do José.

Letra D: Pronome Indefinido.

“E então, um belo dia, sem que lhe fosse imposta **nenhuma** das agonias da gestação ou do parto, [...]” (4º§)

Pronomes Indefinidos: Referem-se à terceira pessoa.

**muito, cada, vários, tudo, nada, outro,
alguém, ninguém, tanto, nenhum.**

Importante!

- **Certo e Bastante** são **pronomes indefinidos** quando estiverem **antes do substantivo**.
Caso venham **depois**, serão **adjetivos**.
- **Ex:** Carlos tem **bastante** (muito) controle. / Carlos tem controle **bastante**.

Gabarito: Letra D.

04) Levando-se em consideração que o verbo indica um processo localizado no tempo, as citações textuais evidenciam formas verbais cujo tempo verbal é o mesmo, EXCETO:

- A) “Meu Deus, para onde foram as suas crianças?” (3º§)
B) “A velhice tem as suas alegrias, as suas compensações [...]” (2º§)
C) “[...] a doçura da meia-idade não lhe exige essas efervescências.” (3º§)
D) “Uma noite passada em sua casa é uma deliciosa fuga à rotina, [...]” (7º§)

Comentário:

- A) “Meu Deus, para onde **foram** as suas crianças?” (3º§)

Pretérito Perfeito do Indicativo do verbo IR.

Eu fui; tu foste; ele foi; nós fomos; vós fostes; eles foram.

- B) “A velhice **tem** as suas alegrias, as suas compensações [...]” (2º§)

Presente do indicativo do verbo TER;

Eu tenho, tu tens, ele tem, nós temos, vós tendes, eles têm.

- C) “[...] a doçura da meia-idade não lhe **exige** essas efervescências.” (3º§)

Presente do indicativo do verbo EXIGIR;

- D) “Uma noite passada em sua casa **é** uma deliciosa fuga à rotina, [...]” (7º§)

Presente do indicativo do verbo SER;

Eu sou, tu és, ele é, nós somos, vós sois, eles são.

Gabarito: Letra A.

05) O título do texto faz referência, fundamentalmente, à:

- A) Emoção indescritível de ver a família crescendo, bem como a responsabilidade de ajudar a criar os netos.
B) Alegria de mimar com mestria os netos, como também ser guardiã da memória, preservando as tradições familiares.
C) Relação entre avós e netos marcada pela emoção e, ainda, livre das exigências do casamento e das agonias do parto.
D) Reflexão de que se cumpre o papel biológico de preservação da espécie (família) que continuará a vida através do neto.

Comentário:

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

A análise das alternativas com relação ao título do texto "A arte de ser avó" e seu conteúdo nos permite determinar qual reflete melhor a essência do texto:

A) Incorreta. Apesar de o texto abordar o crescimento da família com a chegada dos netos, a ênfase não está na responsabilidade de ajudar a criar os netos, mas sim na alegria e no amor que eles trazem.

B) Incorreta. O texto destaca a alegria de mimar os netos, mas não se foca na preservação de tradições familiares. O aspecto predominante é a liberdade e o prazer em contraponto às responsabilidades da maternidade.

C) Correta. Esta alternativa captura efetivamente a essência do texto. O texto ressalta a relação especial entre avós e netos, cheia de emoção e afeto, e destaca que essa relação é descomplicada pelas exigências do casamento ou pelas dificuldades do parto e da maternidade direta. A avó desfruta dos prazeres de estar com os netos sem as responsabilidades diretas que tinha como mãe.

D) Incorreta. Embora o texto toque indiretamente no aspecto biológico de continuidade da família através dos netos, este não é o foco principal ou uma reflexão destacada no texto.

Portanto, a alternativa C é a mais adequada, pois reflete a experiência única e emocionalmente rica de ser avó, livre das obrigações mais rigorosas associadas à parentalidade direta.

Gabarito: Letra C.

06) “Todavia, também obscuramente, também sentida nos seus ossos, às vezes lhe dá aquela nostalgia da mocidade.” (3º§) A palavra ou expressão que NÃO pode substituir “todavia” é:

- A) Porém.
- B) Entretanto.
- C) Não obstante.
- D) Apesar de que.

Comentário:

Conjunções Coordenadas Adversativas	Conjunções com sentido de oposição , compensação, retificação: mas, porém , todavia , entretanto , no entanto, senão , não obstante , contudo, e (sentido adversativo). Obs.: É recomendável pôr vírgula antes do “e” adversativo. Obs.: O “mas” não pode vir intercalado por vírgulas.	Ex.: Cantou, mas não pulou. Ex.: Corri, entretanto não ganhei. Ex.: Estava querendo cantar, e (mas) não cantou.
Orações Subordinadas Adverbiais Concessivas	O sentido da oração subordinada se opõe ao da oração principal. Conectivos: embora, a menos que, se bem que, ainda que, conquanto que, posto que, apesar de , não obstante.	Ex.: Posto que estivesse doente , José foi à praia. O.S.A. Concessiva + O. Principal. Ex.: Embora eu falasse Inglês , ela não entendia. O.S.A. Concessiva + O. Principal

Gabarito: Letra D.

07) Tendo em vista que as palavras podem adquirir e expressar sentidos diversos de acordo com o contexto em que estão inseridas, leia o trecho a seguir e considere o termo destacado: “Hoje é reliquia: não tem dinheiro que pague...” (11º§) Trata-se de significado atribuído a tal vocábulo no texto:

- A) Resto.
- B) Destroço.

- C) Lembrança.
D) Objeto antigo.

Comentário:

No trecho mencionado, "Hoje é relíquia: não tem dinheiro que pague...", o termo "relíquia" é empregado no sentido de algo que possui um valor sentimental profundo, muito além do valor monetário. Trata-se de algo que traz lembranças preciosas e por isso é considerado inestimável para quem o possui. Portanto, o significado atribuído ao vocábulo no texto é:

- C) Lembrança.

Gabarito: Letra C.

08) Assinale o fragmento cujas palavras ou expressões sublinhadas estão sendo empregadas em sentido denotativo.

- A) "Bracinhos de criança no seu pescoço." (3º§)
B) "[...] sorri e diz: 'Vó!', seu coração estala de felicidade, como pão ao forno." (9º§)
C) "Sim, tenho certeza de que a vida nos dá os netos para nos compensar de todas as mutilações trazidas pela velhice." (5º§)
D) "Meu Deus, o olhar das outras avós, com os seus filhotes magricelas ou obesos, a morrerem de inveja do seu maravilhoso neto!" (8º§)

Comentário:

Sentido Denotativo	Sentido Conotativo
O sentido denotativo de uma palavra é o seu significado literal, objetivo e direto , conforme estabelecido nos dicionários. Trata-se do uso da palavra para descrever algo de maneira factual , sem envolver associações subjetivas.	O sentido conotativo de uma palavra é o seu significado subjetivo, emocional ou figurativo , o qual pode variar de acordo com o contexto, as experiências pessoais e as associações culturais. Trata-se do uso da palavra para evocar sentimentos, imagens ou ideias adicionais além do seu significado literal.
Exemplo	Exemplo
Laranja: uma fruta cítrica com casca alaranjada, polpa suculenta e sabor ácido ou doce.	Laranja: "Um sorriso laranja" (uso metafórico para descrever um sorriso brilhante e alegre).

- A) "Bracinhos de criança no seu pescoço." (3º§)

Gabarito: Letra A.

09) A autora utiliza por várias vezes em seu texto a linguagem figurada comparativa. Identifique o fragmento que comprova tal elucidação.

- A) "Netos são como heranças: você os ganha sem merecer." (1º§)
B) "São homens e mulheres – não são mais aqueles que você lembra." (3º§)
C) "A mãe tem todas as vantagens da domesticidade e da presença constante." (6º§)
D) "Porém, esses prazeres não estarão muito acima da alegria de sair de mãos dadas com o seu neto, numa manhã de sol." (8º§)

Comentário:

A) Correta. "Netos são como heranças: você os ganha sem merecer." Esta frase usa uma comparação direta, dizendo que netos são como heranças, o que é uma forma de linguagem figurativa, especificamente uma comparação.

B) Incorreta. "São homens e mulheres – não são mais aqueles que você lembra." Não há uma comparação figurativa aqui; a frase apenas estabelece um contraste entre o passado e o presente.

C) Incorreta. "A mãe tem todas as vantagens da domesticidade e da presença constante." Essa frase é uma afirmação direta sobre a mãe sem usar comparações figurativas.

D) Incorreta. “Porém, esses prazeres não estarão muito acima da alegria de sair de mãos dadas com o seu neto, numa manhã de sol.” Enquanto pode haver uma ligeira comparação entre os prazeres celestiais e a alegria terrena, a frase não emprega uma linguagem figurada comparativa tão diretamente como a alternativa A.

Portanto, a alternativa que comprova a utilização da linguagem figurada comparativa no texto é a A.

Gabarito: Letra A.

10) Assinale a alternativa em que a expressão destacada tem seu significado erroneamente indicado.

- A) “Sem se passarem as penas do amor, sem os compromissos do matrimônio, sem as dores da maternidade.” (1º§) – aflições
- B) “E olhe que aqui embaixo você ainda tem o direito de sentir orgulho, que aos bem-aventurados será defeso.” (8º§) – ditosos
- C) “Lá não há linha divisória entre o proibido e o permitido, antes uma maravilhosa subversão da disciplina.” (7º§) – desaprovação
- D) “Aliás, desconfio muito de que netos são melhores que namorados, pois que as violências da mocidade produzem mais lágrimas do que enlevos.” (5º§) – alegrias
-

Comentário:

A alternativa que contém um significado erroneamente indicado para a expressão destacada é:

- C) “Lá não há linha divisória entre o proibido e o permitido, antes uma maravilhosa subversão da disciplina.” (7º§) - desaprovação

A expressão "maravilhosa subversão da disciplina" sugere algo positivo no contexto da casa da avó, onde as regras são mais flexíveis e a experiência é encantadora para os netos, não havendo uma conotação de desaprovação. Portanto, a palavra "desaprovação" não corresponde corretamente ao sentido pretendido pelo texto.

Gabarito: Letra C.

11) A tese defendida na crônica está corretamente indicada em:

- A) Externar sobre a emoção de “ser avó” – o direito de amar com extravagância.
- B) Revelar a inexplicável união entre avó e neto, um dos maiores desafios da alma.
- C) Realçar que os netos são compensações de toda nostalgia determinada pela mocidade.
- D) Enfatizar que a obrigação de educar e castigar é da avó, além de ser responsável pelas lisonjas.
-

Comentário:

A tese defendida na crônica "A arte de ser avó" é a experiência especial e emocional de ser avó, os sentimentos que acompanham essa fase da vida, e a relação única que as avós estabelecem com seus netos. Analisando as alternativas:

A) Correta. "Externar sobre a emoção de ‘ser avó’ – o direito de amar com extravagância." Esta alternativa reflete a ideia central da crônica, que é a expressão do amor intenso e sem restrições que uma avó pode dar a seus netos.

B) Incorreta. "Revelar a inexplicável união entre avó e neto, um dos maiores desafios da alma." A crônica descreve a união entre avó e neto, mas não como um desafio da alma, e sim como uma compensação e uma fonte de alegria.

C) Incorreta. "Realçar que os netos são compensações de toda nostalgia determinada pela mocidade." Embora o texto mencione que os netos compensam a velhice e a nostalgia da mocidade, não é a tese principal, que é mais sobre o amor e a experiência da avosidade em si.

D) Incorreta. "Enfatizar que a obrigação de educar e castigar é da avó, além de ser responsável pelas lisonjas." O texto na verdade opõe as responsabilidades da avó às da mãe, sugerindo que a avó está livre dessas obrigações e pode desfrutar de uma relação mais indulgente com o neto.

Gabarito: Letra A.

12)

O varejo da experiência

Na mão inversa do gigantesco crescimento do comércio eletrônico, assistimos a uma transformação do varejo físico tradicional. Seja em relação à atividade dos shopping centers, seja em relação ao varejo de rua (brick-and-mortar stores), são conhecidas as razões que levaram ao atual cenário: ganhos de escala do on-line contra elevados custos de operação – mão de obra e imobiliário – do varejo físico; a eficiência logística e o conforto da entrega do on-line em casa; e a quase infinita variedade de produtos ofertados nas grandes plataformas e sites, em comparação com o estoque para venda em uma loja.

Nesse cenário, nem mesmo os grandes grupos de moda ficaram imunes: todos se veem diante de um cenário de redução de pessoal e dos números de pontos físicos. Diante dessa turbulência, existe uma solução para o ressurgimento do comércio varejista? E a resposta, por mais incrível que pareça, é um sim.

Na verdade, ela já se encontra em andamento, por meio do “varejo de experiência” (experiential retail). Essa nova perspectiva parte da premissa de que o consumidor físico segue existindo, mas agora requer espaços (lojas) que ofereçam não apenas produtos, mas imersões. Estamos diante de um consumidor sensorial que não mais se contenta com o mero comprar.

Recente pesquisa de um think tank do varejo americano traz números impressionantes: 60% dos consumidores do varejo físico requerem mais espaço em uma loja para experiências do que para produtos; 81% aceitam pagar um preço superior se passam por “experiências” antes de comprar; 93% dos consumidores que adquirem a partir de experiências – e não por fatores econômicos – se tornam clientes fiéis da marca ou da empresa.

Conceitualmente as “experiências” do varejo podem ser tomadas como um conjunto de ações e de iniciativas inovadoras que caminham lado a lado, dentro do processo de desenvolvimento de uma marca ou produto. Para tanto, partem de alguns pressupostos, como a habilidade que permita o estabelecimento de uma relação pessoal desde o vendedor até os proprietários da marca; uma estética própria que vá desde a funcionalidade e apresentação do produto até questões de ESG. E, embora seja um contrassenso querer catalogar todas as possíveis experiências, posto que a criatividade aqui deve ser ilimitada, destacamos algumas que vêm sendo incorporadas por empresas com varejo físico.

A primeira delas é a realização de eventos que permitam uma aproximação com os clientes, formadores de opinião, influenciadores digitais e imprensa. A verdade é que o pós-pandemia exacerbou a necessidade de um sentimento de pertencimento, que, via de regra, se desenvolve prioritariamente pelo contato físico e preferencialmente em um ambiente despojado em que a experiência possa ser lembrada.

Uma outra abordagem é a interação com a cultura, as artes e o esporte. Apoio a feiras de arte, desfiles de moda, espetáculos teatrais ou um camarote de carnaval. Participação em um torneio de tênis ou suporte a grandes clubes ou exposição em estádio de futebol. Nesse caso, naturalmente se desenvolve uma associação mental entre a marca e um momento ou período prazeroso, o qual foi propiciado pela experiência.

As parcerias também são formas de experiências que turbinam a percepção de mercado, ao juntar empresas e produtos que não competem entre si, quando, pelo contrário, se complementam. Chamadas de co-branding, as parcerias ainda têm a vantagem de permitir a troca de experiências não só dentro da comunidade que se quer cativar, como também entre os próprios staffs das empresas envolvidas. Os chamados seedings ou “recebidos” são ações de co-branding que geram encantamento e conteúdo que são facilmente multiplicados nas redes sociais.

Também o envolvimento com questões sociais e ambientais. Nos dias atuais, as empresas são cobradas não só pelo que produzem ou vendem, mas por seus posicionamentos em temas que transcendem a atuação empresarial. Trata-se de uma abordagem por vezes delicada, mas que é irrenunciável. Vivemos um momento em que a omissão pode ser tão ou mais maléfica que um posicionamento que possa até mesmo se mostrar como o não mais adequado.

Enfim, por meio dessas e de outras formas de experiência, o comércio varejista começa um novo tempo. Deve assim ser utilizado como um ambiente de criatividade, de inovação e de aproximação com a sociedade ao atuar complementarmente a outros canais de comercialização.

Analise as expressões sublinhadas em “[...] as parcerias ainda têm a vantagem de permitir a troca de experiências não só dentro da comunidade que se quer cativar, como também entre os próprios staffs das empresas envolvidas.” (8º§) As expressões destacadas foram usadas para exprimir ideia de:

- A) Oposição.
- B) Conclusão.
- C) Explicação.
- D) Acréscimo.

Comentário:

Conjunções Coordenadas Aditivas	Conjunções com sentido de adição : e, nem, mas também, como também, além de (disso, disto, aquilo), quanto (depois de tanto), bem como, não só...como também / mas também/ mas ainda, não só/ mas também...senão, tampouco (nem).	Ex.: Não pulei nem corri. Ex.: Não só toco violão, mas também violino.
--	---	---

Gabarito: Letra D.

13) Os termos “enfim” e “em fim” existem na língua portuguesa. No entanto, devem ser usados com critérios. A partir dessa consideração, analise o emprego de “enfim” no seguinte trecho do texto: “Enfim, por meio dessas e de outras formas de experiência, o comércio varejista começa um novo tempo.” (10º§)

Assinale a alternativa cuja palavra “enfim” foi empregada INCORRETAMENTE.

- A) Dessa forma, enfim, o processo foi concluído.
- B) Enfim, o resultado que esperávamos foi divulgado.
- C) Ele cometeu muitos erros, mas se arrependeu enfim de vida.
- D) Após uma longa semana de trabalho, enfim, posso descansar.

Comentário:

O termo "enfim" é classificado como um advérbio de tempo e é empregado para indicar o término ou a conclusão de algo, podendo ser substituído por expressões como "finalmente" ou "afinal". Este advérbio também pode ser utilizado para denotar uma conclusão, sugerindo o término de uma ação ou pensamento.

Por outro lado, a expressão "em fim" (separado) atua como uma locução adverbial com significado temporal, análoga a "no final de". É importante notar que, embora ambas as expressões sejam gramaticalmente corretas, seus usos são distintos.

- C) Ele cometeu muitos erros, mas se arrependeu ~~enfim~~ (**em fim**) de vida.

Gabarito: Letra C.

14) Em “Trata-se de uma abordagem por vezes delicada [...]” (9º§), a flexão do verbo está corretamente empregada na terceira pessoa do singular devido à indeterminação do sujeito. Assinale a alternativa que NÃO segue a mesma regra.

- A) Vende-se o carro usado.
- B) Precisa-se de trabalhadores criativos.
- C) Necessita-se de assessores dinâmicos.
- D) Acredita-se em um acordo entre as partes.

Comentário:

O verbo “tratar” é verbo transitivo indireto, exigindo preposição “de”. O “se” é classificado com índice de indeterminação do sujeito.

Trata-se de uma abordagem por vezes delicada [...]
VTI IIS

Sujeito Indeterminado	É o sujeito que não é possível identificar o agente da ação.	3ª Pessoa do Plural , e o sujeito não for identificado. Ex.: Correram ontem à noite. (Sujeito Indeterminado).
		Existir V.T.I/V.I/V.L + SE e não existir nenhum sujeito explícito ou oculto na frase. Ex.: Precisa-se de ajuda. (Verbo Transitivo Indireto + SE) Ex.: Vive-se feliz no Ceará. (Verbo Intransitivo + SE) Obs.: Quando o sujeito é indeterminado e estiver sendo utilizada a partícula “se”, o verbo deve permanecer no singular . Obs.: Quando o verbo for transitivo direto , a partícula “se” será apassivadora e não existirá complemento, mas sim sujeito . <p style="text-align: center;">Macete: Se há P.A não há O.D.</p>
		Usar o infinitivo impessoal . Ex.: Andar com os sapatos limpos é importante.

As alternativas B/C/D seguem a mesma regra:

- B) **Precisa-se de** trabalhadores criativos.
VTI IIS
- C) **Necessita-se de** assessores dinâmicos.
VTI IIS
- D) **Acredita-se em** um acordo entre as partes.
VTI IIS

Letra A: Correta.

- A) **Vende-se** o carro usado.

O verbo “vender” é VTD, sendo assim, quando acompanhado do “se”, este se classifica como Partícula Passiva. Com isso, se há partícula passiva, não há objeto direto, mas sim sujeito (O carro usado)

Gabarito: Letra A.

15) De acordo com norma culta e conforme o contexto em que o verbo está inserido, ele poderá ser classificado como transitivo direto ou transitivo indireto. Assinale a alternativa cujo verbo sublinhado é transitivo indireto.

- A) “Recente pesquisa de um think tank do varejo americano traz números impressionantes: [...]” (4º§)
 B) “A verdade é que o pós-pandemia exacerbou a necessidade de um sentimento de pertencimento [...]” (6º§)
 C) “Na mão inversa do gigantesco crescimento do comércio eletrônico, assistimos a uma transformação do varejo físico tradicional.” (1º§)
 D) “[...] posto que a criatividade aqui deve ser ilimitada, destacamos algumas que vêm sendo incorporadas por empresas com varejo físico.” (5º§)

Comentário:

Verbos Transitivos

São verbos que exigem um complemento para que o sentido se torne completo. Os verbos transitivos podem ser:

Verbo Transitivo Direto (VTD)	Verbo que exige um complemento sem preposição . Esse complemento é chamado de objeto direto (OD) . Ex.: A gerontologia é a ciência que estuda a velhice . (Estuda o
--------------------------------------	--

	quê? O.D: a velhice.)
Verbo Transitivo Direto (VTI)	Verbo Transitivo Direto (VTI): Verbo que exige um complemento com preposição . Esse complemento é chamado de objeto indireto (OI) . Ex.: Os ministros gostam de sopa . (O verbo gostar exige a preposição “ de ”. Gosta de que? Sopa.)
Verbo Transitivo Direto Indireto (VTDI)	Verbo que exige dois complementos , um com preposição e outro sem. Esses complementos são chamados de objeto direto (OD) e objeto indireto (OI) . Ex.: Jó perguntou à Maria o assunto de Física . OD: Perguntou o quê? → O assunto de Física. / OI: Perguntou a quem? → a Maria.

Verbo Intransitivo

Verbos que possuem o significado completo, não precisando de complemento verbal (OD ou OI).

Ex.: **Ocorreram** dois acidentes na cidade.

VI Sujeito

Ex.: **Existem** jogadores que não sabem jogar.

VI Sujeito

Verbos Intransitivos que pede Preposição “Em”

Não é possível a preposição “a”, apenas “em”. Utiliza-se “onde” e não “aonde”.

Verbos: **Morar; Residir; Situar-se; Estabelecer-se.**

Ex.: Ela **mora em** **Fortaleza**. Ela **reside onde?** Maria **reside em** **Floriano**.

Verbos Intransitivos que pedem a preposição “a”

Verbos: **Chegar / Voltar / Comparecer / Ir / Retornar**

Ex.: A sala **a que** **comparecemos** estava suja.

Letra A: Errada.

Quem traz, traz algo... (VTD);

Letra B: Errada.

Quem exacerbou, exacerbou algo... (VTD);

Letra C: Correta.

Quem assiste, assiste **a** alguma coisa... (VTI)

Letra D: Errada.

Quem destaca, destaca algo... (VTD)

Gabarito: Letra C.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

16) De acordo com Paludo (2013), o processo de organização da Administração Pública envolve a criação de órgãos e entidades, a sua estruturação, eventuais alterações e extinções, a definição de suas atribuições e competências administrativas, entre outras determinações. Sobre o processo de organização da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

I. A Administração Pública direta é composta pelos próprios órgãos dos poderes que compõem as pessoas jurídicas de direito público e privado, com capacidade política ou administrativa.

II. As agências reguladoras são autarquias especiais criadas para exercer as funções de regulação e fiscalização, e, embora sujeitas à supervisão ministerial, se encontram fora da hierarquia administrativa e da influência política.

III. As fundações públicas são entidades que possuem personalidade jurídica de direito público, e tem como características: criação autorizada por lei específica, personalidade jurídica própria, patrimônio próprio e autonomia administrativa.

IV. As empresas públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, criadas mediante legislação específica, com patrimônio próprio e capital majoritariamente privado.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) III.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.

Comentário:

Item I: Errado.

A Administração Pública Direta é formada por entes de personalidade jurídica pública.

Organização da Administração Pública	
Administração Direta	<ul style="list-style-type: none">➤ Formada por Entidades Políticas - União / Estados / Distrito Federal / Municípios;➤ Composta por Órgãos públicos que não possuem personalidade jurídica. Ex: Ministérios, Secretarias, gabinetes, Polícia Civil, Militar, Federal, Rodoviária Federal.➤ Qualquer entidade política pode descentralizar, criando entidades administrativas da administração indireta ou firmando contratos com entidades particulares.➤ Possuem autonomia política, tendo capacidade de legislar, ou seja, produzir lei em sentido formal, tanto em lato (amplo), quanto em strictu senso.
Administração Indireta	<ul style="list-style-type: none">➤ As entidades da administração indireta são formadas por:<ul style="list-style-type: none">✓ Autarquias: Personalidade Jurídica de direito público.✓ Fundações Públicas: Personalidade Jurídica de direito público ou Privado.✓ Sociedade de Economia Mista: Personalidade Jurídica de direito Privado.✓ Empresa Pública: Personalidade Jurídica de direito Privado.➤ Formada por Entidades Administrativas dotadas de personalidade jurídica própria.➤ Universidades Públicas normalmente são autarquias ou fundações;➤ Agência reguladora é uma espécie de autarquia em regime especial.➤ Não possuem autonomia política, porém podem produzir normas jurídicas em sentido amplo.

Item II: Correto.

Agências Reguladoras	<ul style="list-style-type: none">➤ Autarquias em regime especial;➤ Têm como função regulamentar, controlar e fiscalizar os serviços, atividades e bens transferidos ao setor privado.➤ Exercem o poder de polícia, impondo limites administrativos.➤ Possuem uma maior autonomia administrativa;➤ As agências reguladoras são autarquias em regime especial, o que lhes confere maior autonomia administrativa e financeira, contudo, não possuem independência em relação aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pois submetem-se aos controles de tais poderes.➤ Origina-se, por lei, como Agência Reguladora;➤ Todas as Entidades Políticas (U/E/DF/M) podem criar Agência Reguladora;➤ Possuem vínculo com a Administração Direta, e não subordinação;➤ Seus dirigentes possuem estabilidade, desfrutam de mandato conferido por lei, e somente podem ser desligados ao término do período de investidura, por condenação judicial ou após processo administrativo.➤ As decisões definitivas das agências, em regra, não são passíveis de apreciação por outros órgãos ou entidades da administração pública.➤ As agências reguladoras, no que se refere à concessão, permissão e autorização de serviço público, possuem a atribuição de definir o valor da tarifa.➤ Estão sujeitas ao controle financeiro, contábil e orçamentário do Poder legislativo, com o auxílio do TCU.➤ Possuem decisão colegiada, sendo os membros nomeados pelo Chefe do Executivo, com aprovação do legislativo; <p style="text-align: center;">Lei 9.986/00. Art. 8º Os membros do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada ficam impedidos de exercer atividade ou de prestar qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência, por período de 6 meses, contados da exoneração ou do término de seu mandato, assegurada a remuneração compensatória.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Cada agência tem especialização em relação à sua atribuição técnica; <p style="text-align: center;">Ex: Anvisa; ANS; ANCINE; ANEEL; ANTT; ANAC; ANTAC.</p>
-----------------------------	--

Item III: Correto.

Fundações Públicas
<ul style="list-style-type: none">➤ As Fundações Públicas de Direito Público seguem o mesmo regime das autarquias, sendo consideradas entidades autárquicas.➤ Tem a finalidade de focar em atividades voltadas ao interesse coletivo no âmbito do ensino, educação, pesquisa e atividades culturais, além de assistência social e médica.➤ Conforme Di Pietro, os dispositivos constitucionais que se referem às fundações são aplicáveis ao gênero, independentemente da personalidade jurídica ser pública ou privada.➤ De acordo com Di Pietro, pode-se definir a fundação instituída pelo poder público como o patrimônio, total ou parcialmente público, dotado de personalidade jurídica, de direito público ou privado, e destinado, por lei, ao desempenho de atividades de Estado na ordem social, com capacidade de auto-administração e mediante controle da Administração Pública nos limites da lei.

➤ **Sujeitam-se à responsabilidade civil na modalidade objetiva.**

Decreto-Lei nº 200/67 Art. 5º, IV "Fundação pública – a entidade dotada de **personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos**, criada em virtude de **autorização legislativa**, para o desenvolvimento de atividades que **não exijam** execução por órgãos ou entidades de direito público, com **autonomia administrativa, patrimônio próprio** gerido pelos respectivos **órgãos de direção**, e funcionamento **custeado por recursos da União** e de **outras fontes**".

CF/88. Art. 37. XIX - **somente por lei específica** poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, **cabendo à lei complementar**, neste último caso, definir as **áreas de sua atuação**;

STF/ADI 191-RS: A **distinção** entre **fundações públicas e privadas** decorre da **forma como foram criadas**, da **opção legal pelo regime jurídico** a que se submetem, da **titularidade de poderes** e também da **natureza dos serviços** por elas prestados.

➤ **Natureza Jurídica das Fundações para os Doutrinadores**

✓ **Celso A. Bandeira de Melo**: Considera as Fundações Públicas de **direito público**.

✓ **Di Pietro, Diógenes Gasparini, Miguel Reale, Cretella Jr.**: Consideram que as Fundações Públicas podem ter natureza jurídica de **direito público ou privado. (Corrente Majoritária)**;

✓ **Hely Lopes Meireles e Marçal Justen Filho**: Consideram as Fundações como **direito privado**.

➤ **Di Pietro¹**: Quando o **Estado** institui pessoa jurídica sob a forma de **fundação**, ele pode atribuir a ela **regime jurídico administrativo**, com todas as **prerrogativas e sujeições** que lhe são próprias (**Direito Público**), ou subordiná-la ao **Código Civil (Direito Privado)**, neste último caso, com derrogações por normas de direito público. Em um e outro caso se enquadram na noção categorial do instituto da fundação, como **patrimônio personalizado** para a consecução de fins que ultrapassam o âmbito da própria entidade.

➤ **Hely Lopes Meirelles²**: As **fundações** prestam-se, principalmente, à realização de **atividades não lucrativas e atípicas do Poder Público**, mas de **interesse coletivo**, como a **educação, cultura, pesquisa**, sempre merecedoras do amparo estatal.

Fonte: <https://jus.com.br/artigos/14069/fundacao-publica-personalidade-juridica-de-direito-publico-ou-privado>

Fonte¹: DI PIETRO. Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2002. P. 372 e 373.

Fonte²: MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo, Malheiros Editores, 2009. P. 352.

Fundações Públicas		
	Direito Público	Direito Privado
Criação e Extinção	Criadas por Lei	Autorizadas por lei com os atos constitutivos inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
Objeto	Atividade focada no interesse da coletividade, sem fins lucrativos.	Atividade focada no interesse da coletividade, sem fins lucrativos.
Regime Jurídico	Direito Público	Direito Privado
Prerrogativas	Mesmas das Autarquias	Obedecem ao Direito Civil
Patrimônio	Bens Públicos	Bens privados, porém, os bens empregados na prestação de serviços públicos possuem prerrogativa de bens públicos

Item IV: Errado.

Diferenças entre EP e SEM		
	Empresas Públicas	Sociedades de Economia Mista
Forma Jurídica	Qualquer forma jurídica admitida em direito. Ex: Unipessoal, Pluripessoal, S/A.	Forma de Sociedade Anônima , apenas.

Composição do Capital	Capital totalmente público , não sendo preciso que o capital seja apenas de uma entidade política ou administrativa, podendo ser de várias (União, Autarquias, EP, SEM).	Participação de capital público e privado . É possível Maioria do capital social está em posse de investidores privados. No entanto, mais da metade das ações com DIREITO A VOTO devem ser de direito público.
Foro Processual	Empresas Públicas Federais	EPs Estaduais e Municipais
	Foro na Justiça Federal.	Foro na Justiça Estadual.
	Sociedades de Economia Mista	SEM (União intervém como assistente ou oponente)
	Foro na Justiça Estadual (Regra)	Foro na Justiça Federal

Gabarito: Letra B.

17) As teorias a respeito das necessidades humanas fornecem a primeira explicação significativa sobre o papel dos motivos internos da motivação. Segundo tal ideia, o comportamento humano é motivado por estímulos interiores chamados necessidades – estados de carência. As pessoas agem nas mais diferentes situações para satisfazer estes estados de carência. A fome é uma necessidade que motiva o organismo a procurar alimento (direção da motivação). Quanto mais forte a necessidade, maior é o empenho em realizar o objetivo de conseguir alimento (intensidade da motivação).

Na escala da hierarquia de Maslow, esta demanda denomina-se necessidade

- A) social.
- B) básica.
- C) de estima.
- D) de segurança.

Comentário:

A alternativa correta é B) básica.

A necessidade de fome, que motiva o organismo a procurar alimento, é considerada por Abraham Maslow como uma necessidade básica ou fisiológica, que é a mais fundamental e a primeira na sua hierarquia das necessidades. Segundo a pirâmide de Maslow, as necessidades básicas ou fisiológicas incluem itens essenciais para a sobrevivência, como comida, água, abrigo e sono. Estas necessidades devem ser atendidas antes que as pessoas possam se concentrar em satisfazer necessidades de níveis mais altos, como segurança, sociais, estima e auto-realização.

Teoria da Hierarquia das Necessidades (de Maslow)

- O indivíduo está constantemente buscando atender suas necessidades. Dessa forma, o indivíduo é motivado por várias **necessidades distintas**. Nesse contexto, Maslow classificou as necessidades que impulsionam o indivíduo em **cinco categorias**: necessidades fisiológicas, necessidades de segurança, necessidades sociais, necessidades de estima e necessidades de autorrealização.
- Nessa teoria a realização de uma necessidade de um nível "anterior" é um **pré-requisito** para a satisfação de uma necessidade de um nível "posterior"

Importante!

- Teoria que mais despenca nas provas.

Teoria da Hierarquia das Necessidades (de Maslow)		
Necessidades Complementares (Secundárias)	Autorrealização	Essas necessidades representam os anseios mais elevados do ser humano e estão no topo da hierarquia . Estão vinculadas ao crescimento pessoal e ao aperfeiçoamento das habilidades e competências individuais.
	Estima ou Autoestima	Estão associadas à percepção que a pessoa tem de si mesma (aspectos internos) e à maneira como é percebida pelos demais (aspectos externos). Associado à aprovação social, à responsabilidade, à autoconfiança.
	Social	Estão ligadas às demandas associadas aos relacionamentos entre as pessoas .
Necessidades Básicas (Primárias)	Segurança	Trata-se das demandas relacionadas à segurança , tanto física quanto emocional , do indivíduo.
	Fisiológica ou biológica	Referem-se às necessidades fundamentais do ser humano, como alimentação, hidratação, repouso e atividade sexual.

Necessidades de Segurança e Fisiológicas
<ul style="list-style-type: none"> • Necessidades Básicas. • São atendidas por meio de estímulos externos.

Necessidades sociais, estimas e autorrealização
<ul style="list-style-type: none"> • Necessidades Complementares. • São atendidas por meio de impulsos internos.

Gabarito: Letra B.

18) De acordo com o guia PMBOK 7ª edição, diversas são as variáveis de projeto que podem influenciar as variáveis de desenvolvimento. Considerando tais variáveis, assinale o termo no qual a sua essência é considerada como um procedimento imprescindível, pois libera formalmente recursos, avalia os resultados atingidos e documenta as lições aprendidas e as entregas.

- A) Termo de abertura.
- B) Termo de encerramento.
- C) Termo de acompanhamento.
- D) Relatório com o mapeamento de riscos.
- E) Relatório de identificação das partes interessadas.

Comentário:

A alternativa correta é B) Termo de encerramento.

O termo de encerramento de um projeto é o procedimento que marca a conclusão formal do projeto ou de uma fase do projeto. É nesta etapa que se liberam formalmente os recursos, se avaliam os resultados atingidos e se documentam as lições aprendidas, além de registrar formalmente que as entregas foram concluídas conforme os requisitos acordados. Este documento serve como um fechamento formal do projeto para todas as partes interessadas.

Gabarito: Letra B.

19) Sobre Ética e Responsabilidade Social, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() Ética é a disciplina ou campo do conhecimento que trata da definição e avaliação do comportamento de pessoas e organizações. O comportamento ideal é definido por meio de um código de conduta ou de ética, implícito ou explícito.

() Ética é a maneira de pôr em prática os valores morais. É um sistema de balizamento ou de codificação para ser usado na tomada de decisões. É a forma de traduzir a moral em atos.

() Entende-se por Responsabilidade Social a obrigação da organização de atuar de modo que sirva tanto aos seus próprios interesses quanto ao seu público externo. É tomar decisões e ações que contribuam para um melhor bem-estar e, também, para os interesses da própria organização e da sociedade.

() Ética é a ciência normativa dos comportamentos humanos.

A sequência está correta em

A) V, V, V, V.

B) F, F, V, F.

C) V, V, F, F.

D) F, F, F, V.

Comentário:

Todas as alternativas estão corretas.

Gabarito: Letra A.

20) O Estado detém competência privativa para legislar sobre a política remuneratória de seus servidores. Considerando o que determinam as normas regentes da Administração Pública é correto afirmar que:

A) A fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva.

B) A remuneração dos servidores somente poderá ser fixada por lei específica, sendo possível sua alteração por ato infralegal.

C) A concessão de reajustes salariais setoriais com o fim de corrigir eventuais distorções remuneratórias viola o princípio da isonomia.

D) O Poder Judiciário tem competência para determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei para promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos.

Comentário:

Letra A: Correta.

STF/Súmula 679

A **fixação** de vencimentos dos servidores públicos **não pode** ser objeto de **convenção coletiva**.

Letra B: Errada.

CF. Art. 37. X - a **remuneração** dos servidores públicos e o **subsídio** de que trata o § 4º do art. 39 **somente** poderão ser fixados ou alterados por **lei específica**, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada **revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;**

Letra C: Errada.

A concessão de reajustes setoriais para corrigir eventuais distorções remuneratórias é constitucional e não implica violação aos princípios da isonomia ou do reajuste geral de vencimentos. Precedentes: AI 612.460- AgR, Segunda Turma.

Súmula vinculante 37 - Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

Letra D: Errada.

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Tema 624 - O Poder Judiciário não possui competência para determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, tampouco para fixar o respectivo índice de correção.

Gabarito: Letra A.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO MARANHÃO

21) Considere o mapa e os textos a seguir.

Maranhão – Mesorregiões



(Disponível em: <https://www.bnb.gov.br>)

I. Com 52 municípios, produziu 21,1% do PIB do estado em 2015, concentrando 17,4% do mercado de trabalho formal estadual. Revela maior predominância nas atividades econômicas da indústria, com peso da construção civil e da indústria de transformação, agregada à produção de papel e celulose. Cabe notar o destaque da formação de riqueza gerada no município que participa com 7,6% do PIB Estadual, sediando o parque fabril da empresa Suzano Papel e Celulose.

II. A Mesorregião participou com 8,7% do PIB estadual em 2015. Embora composta por 19 municípios e com pouco mais de 5,3% do emprego formal do estado, a Mesorregião apresenta o maior PIB per capita maranhense, influenciado pelo complexo soja-milho e algodão, e o menor contingente populacional, com 4,7% da população do estado.

Os textos I e II descrevem, respectivamente, as mesorregiões

- A) 4 e 3.
- B) 2 e 1.
- C) 1 e 5.
- D) 4 e 5.
- E) 2 e 4.

Comentário:

O item I trata da MESORREGIÃO OESTE do Maranhão.

Oeste Maranhense	02	52	
------------------	----	----	---

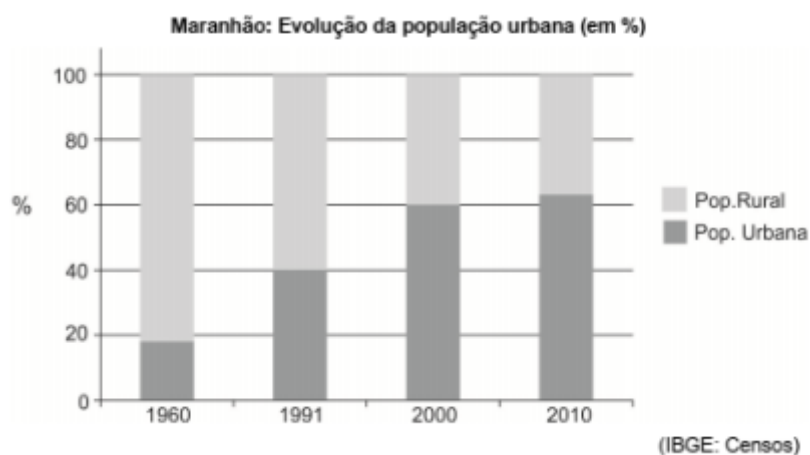
O item II trata da MESORREGIÃO SUL MARANHENSE. (



Fonte: https://novoscaminhos.mec.gov.br/images/arquivos_mapa/maranhao/ma_relatorio_final.pdf

Gabarito: Letra D.

22) Considere o gráfico e as afirmações a seguir.



I. No período entre 1960 e 2010, o número de municípios no estado cresceu mais de 100%, totalizando 217; no entanto, apenas 10 municípios concentram 1/3 da população maranhense.

II. A criação da região metropolitana de São Luís, no início da década de 1990, deu forte impulso à urbanização do estado e, em 2017, a Grande São Luís tornou-se a terceira região metropolitana do Nordeste.

III. Nas últimas décadas, o êxodo rural e o avanço da tecnologia no campo tiveram forte impacto sobre a redução da população rural e, conseqüentemente, sobre o total de trabalhadores rurais no estado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I e II.
- B) I.
- C) I e III.
- D) II.
- E) II e III.

Comentário:

Itens I e III: Corretos.

Item II: Errado.

Posição	Região Metropolitana	Estado	População
1	Recife	 Pernambuco	4 080 661
2	Salvador	 Bahia	3 919 658
3	Fortaleza	 Ceará	3 818 380
4	São Luís	 Maranhão	1 621 102
5	Natal	 Rio Grande do Norte	1 577 072
6	Maceió	 Alagoas	1 306 251
7	João Pessoa	 Paraíba	1 238 914
8	Grande Teresina	 Piauí/  Maranhão	1 189 260
9	Aracaju	 Sergipe	912 647
10	Polo Petrolina e Juazeiro	 Pernambuco/  Bahia	752 433

Gabarito: Letra C.

23) Sobre a França Equinocial e a conquista do Maranhão e Grão-Pará, é correto afirmar:

- A) A França Equinocial foi um projeto de colonização no território do atual estado do Ceará, liderado por comerciantes franceses no início do século XVII.
- B) O Forte de São Luís, que deu origem à cidade de São Luís do Maranhão, foi construído por espanhóis como forma de proteção contra os avanços holandeses na região.
- C) Após a rendição dos franceses em São Luís, os portugueses e espanhóis não ofereceram nenhuma compensação aos franceses pelas perdas sofridas.
- D) A cidade de Belém foi fundada com o objetivo estratégico de controlar o acesso às minas de prata do Peru, sendo inicialmente um forte de madeira chamado Presépio.
- E) Os ingleses e holandeses não tiveram presença significativa no Amazonas, mantendo-se concentrados mais ao sul do Brasil colonial.

Comentário:

Letra A: Errada.

A França Equinocial foi um empreendimento comercial organizado no atual estado do Maranhão, não no Ceará.

Letra B: Errada.

O Forte de São Luís foi construído por franceses, liderados por Daniel de La Touche, e não por espanhóis.

Letra C: Errada.

Os franceses, após se renderem, conseguiram uma indenização compensando as perdas entendidas.

Letra D: Correta.

Belém foi fundada estrategicamente para controlar o acesso às minas de prata peruanas, inicialmente como um forte chamado Presépio.

Letra E: Errada.

Inglêses e holandeses tiveram presença na região amazônica, chegando a construir fortes em pontos ribeirinhos do Amazonas.

Gabarito: Letra D.

24) A respeito da Batalha de Guaxenduba e seus desdobramentos históricos, é correto afirmar:

- A) A Batalha de Guaxenduba foi um confronto decisivo que confirmou a soberania espanhola sobre o Maranhão, consolidando o domínio sobre a região amazônica.
- B) Daniel de La Touche, líder da expedição francesa, conseguiu manter a posição no Maranhão até ser convencido a se render em 1619, após negociações diplomáticas diretas com o governo português.
- C) A fortificação construída pelos portugueses na praia de Guaxenduba era conhecida como Forte de Santa Maria, e teve um papel crucial na defesa contra os franceses.
- D) Após a batalha, os franceses receberam uma indenização significativa e foram autorizados a estabelecer uma colônia menor no sul do Brasil como parte do acordo de paz.
- E) A trégua proposta por Daniel de La Touche após a batalha foi imediatamente rejeitada pelos portugueses, que continuaram as hostilidades até capturar o Forte de Saint Louis.

Comentário:

Letra A: Errada.

A Batalha de Guaxenduba foi decisiva para a expulsão dos franceses e consolidou o domínio português, não espanhol, sobre a região.

Letra B: Errada.

Daniel de La Touche foi forçado a abandonar o Maranhão em 1615, bem antes de 1619, ano em que foi preso em Lisboa.

Letra C: Correta.

O Forte de Santa Maria foi construído pelos portugueses na praia de Guaxenduba e teve um papel importante na defesa contra os franceses durante a batalha.

Letra D: Errada.

Os franceses foram obrigados a deixar o Maranhão sem qualquer concessão para estabelecer outra colônia no Brasil, e Daniel de La Touche recebeu apenas uma indenização após ser levado a Pernambuco.

Letra E: Errada.

A trégua proposta por Daniel de La Touche foi aceita pelos portugueses, resultando em negociações pacíficas temporárias até que os franceses foram finalmente expulsos.

Gabarito: Letra C.

25) Qual das seguintes afirmações sobre o estado do Maranhão é correta?

- A) O Maranhão é limitado ao sul pelo estado da Bahia.
- B) São Luís, a capital do Maranhão, está localizada na região sul do estado.
- C) A área territorial do Maranhão é de aproximadamente 330.000 km².
- D) O Maranhão é famoso por suas extensas praias fluviais ao longo do rio Amazonas.
- E) O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é uma importante atração turística, situada no litoral oriental do estado.

Comentário:

Letra A: Errada.

O Maranhão faz fronteira com os estados do Pará ao oeste, Tocantins ao sudoeste e Piauí ao sudeste e leste, não tendo fronteira com a Bahia.

Letra B: Errada.

São Luís está localizada no norte do estado do Maranhão, banhada pelo oceano Atlântico, e não na região sul do estado.

Letra C: Correta.

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

A área territorial do Maranhão é de aproximadamente 330 mil km², conforme dados do IBGE de 2020.

Letra D: Errada.

O Maranhão é banhado pelo oceano Atlântico ao norte e não possui praias fluviais ao longo do rio Amazonas.

Letra E: Errada.

Embora o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses seja uma importante atração turística, ele está situado no litoral oriental do estado, e não especificamente nas cidades mencionadas na alternativa, o que pode gerar confusão sobre sua localização exata.

Gabarito: Letra C.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26) Sobre o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão, analise as seguintes afirmações:

- A) A apreciação de qualquer lesão ou ameaça a direito, independentemente de sua natureza, é competência exclusiva do Poder Judiciário Estadual.
- B) O Tribunal de Justiça pode declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato do Poder Público apenas por maioria simples de seus membros.
- C) É permitido ao Judiciário avaliar a conveniência e a oportunidade dos atos oriundos dos outros Poderes.
- D) Os juízes e tribunais podem requisitar o auxílio da Força Pública para garantir o cumprimento de seus atos, sem que a autoridade competente possa contestar os fundamentos da decisão.
- E) O Ano Judiciário no Estado do Maranhão começa com a primeira sessão do Plenário em fevereiro de cada ano.

Comentário:

Letra A: Errada.

Art. 2º especifica que compete ao Poder Judiciário Estadual a apreciação de qualquer lesão ou ameaça a direito que não esteja sujeita à competência de outro órgão jurisdicional, indicando que há limitações na competência.

Letra B: Errada.

Art. 3º afirma que somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros poderá o Tribunal de Justiça declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato do Poder Público, não apenas por maioria simples.

Letra C: Errada.

Art. 4º limita a ação do Judiciário ao aspecto da legalidade, sendo-lhe vedado apreciar a conveniência ou oportunidade dos atos dos outros Poderes.

Letra D: Correta.

Art. 5º e seu parágrafo único estabelecem que os juízes e tribunais podem requisitar o auxílio da Força Pública para garantir a execução de seus atos e decisões, e tais requisições devem ser atendidas prontamente, sem possibilidade de contestação pela autoridade competente.

Letra E: Errada.

Art. 5º-A define que o Ano Judiciário começa com a primeira sessão do Plenário realizada no mês de janeiro, não em fevereiro.

Gabarito: Letra D.

27) Analisando as disposições da Lei Nº 6.107, de 27 de julho de 1994, relacionadas a diferentes aspectos do serviço público, julgue as seguintes afirmações:

- A) A readaptação do servidor estável pode ocorrer independentemente de existir uma vaga, desde que seja compatível com suas limitações físicas ou mentais.
- B) Um servidor aposentado por invalidez pode ser revertido à atividade independentemente de sua idade, desde que os motivos da aposentadoria sejam declarados insubsistentes por junta médica oficial.
- C) A reintegração de um servidor estável ocorrerá em qualquer situação, inclusive se o cargo anterior tiver sido extinto, colocando o servidor diretamente em outro cargo.
- D) A recondução ao cargo anterior é possível apenas se o cargo de origem ainda estiver disponível e não tiver sido extinto.
- E) Um servidor reconduzido tem direito a uma indenização pela recondução, independentemente das circunstâncias que motivaram sua movimentação.

Comentário:

Letra A: Correta.

Art. 29, §3º especifica que a readaptação do servidor independe de vaga, tornando esta afirmação verdadeira.

Letra B: Errada.

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Art. 31 limita a possibilidade de reversão, estabelecendo que não se procederá à reversão se o aposentado já tiver completado 70 anos de idade.

Letra C: Errada.

Art. 32, §1º explica que se o cargo foi extinto, o servidor será colocado em disponibilidade remunerada, não sendo automaticamente colocado em outro cargo.

Letra D: Errada.

Art. 33, §2º menciona que, se o cargo de origem estiver provido, o servidor será aproveitado em outro cargo de atribuições e vencimentos compatíveis, não exigindo que o cargo de origem esteja disponível para que a recondução ocorra.

Letra E: Errada.

Art. 34 afirma explicitamente que em nenhuma hipótese haverá indenização ao servidor reconduzido.

Gabarito: Letra A.

28) Com base na Lei Nº 9.109 de 29 de dezembro de 2009, que regula as custas e emolumentos judiciais no Estado do Maranhão, analise as seguintes afirmações:

- A) A conta de custas é calculada apenas com base nas tabelas de Distribuição e Contadoria, sem considerar outros itens listados nas tabelas anexas à lei.
 - B) No caso de redistribuição do processo devido ao reconhecimento de incompetência territorial, as custas já pagas serão devolvidas ao pagante.
 - C) As custas na reconvenção correspondem ao valor total determinado nas tabelas anexas a esta Lei.
 - D) A desistência do processo ou o abandono pelo autor implica na restituição das custas já recolhidas.
 - E) Se um litigante for parcialmente vencedor e parcialmente vencido, as custas serão distribuídas e compensadas entre os litigantes de forma proporcional.
-

Comentário:

Letra A: Errada.

Art. 14, §3º e §4º estabelecem que a conta de custas incluirá itens de várias tabelas, não apenas de Distribuição e Contadoria, mas também outras especificadas conforme a natureza do processo e o grau de jurisdição.

Letra B: Errada.

Art. 16 afirma explicitamente que, no caso de redistribuição do feito por reconhecimento de incompetência, não haverá devolução nem nova cobrança de custas.

Letra C: Errada.

Art. 15 especifica que as custas na reconvenção corresponderão à metade do valor fixado nas tabelas, não ao valor total.

Letra D: Errada.

Art. 18 claramente menciona que o abandono ou a desistência do processo e a transação que termine o processo não resultam na desoneração das custas devidas ou na restituição das já recolhidas.

Letra E: Correta.

Art. 19 e seu parágrafo único delineiam que, quando cada litigante for em parte vencedor e vencido, as despesas serão recíprocas e proporcionalmente distribuídas e compensadas entre eles, confirmando a afirmação.

Gabarito: Letra E.

29) Considerando o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, avalie as afirmações a seguir:

- A) A Seção Cível exige a presença de todos os membros das câmaras isoladas cíveis para sua constituição e funcionamento.
 - B) O Plenário do Tribunal pode funcionar com qualquer número de desembargadores, desde que o presidente esteja presente.
 - C) Nas Câmaras Reunidas Cíveis, o presidente é sempre o vice-presidente do Tribunal.
 - D) O quórum mínimo para o funcionamento das Câmaras Reunidas, tanto cíveis quanto criminais, é de seis desembargadores, incluindo o presidente.
 - E) Cada Câmara Isolada, seja cível ou criminal, é composta por cinco desembargadores.
-

Comentário:

Letra A: Errada.

Art. 9 especifica que a Seção Cível funciona com pelo menos dez desembargadores, não necessitando a presença de todos os membros das câmaras isoladas cíveis.

Letra B: Errada.

Art. 5 afirma que o Plenário só se reúne com a presença de no mínimo dezesseis desembargadores, incluindo o presidente, portanto não pode funcionar com qualquer número de desembargadores.

Letra C: Errada.

Art. 10 indica que a Seção Cível é presidida pelo vice-presidente do Tribunal e não menciona as Câmaras Reunidas diretamente, as quais conforme o Art. 12, §3º são presididas pelo desembargador mais antigo de cada uma delas.

Letra D: Correta.

Art. 13 determina que as câmaras reunidas, tanto cíveis quanto criminais, funcionam com um mínimo de seis desembargadores, incluindo o seu presidente.

Letra E: Errada.

Art. 17 e seu Parágrafo único estabelecem que as câmaras isoladas, tanto criminais quanto cíveis, são compostas por três desembargadores, não cinco.

Gabarito: Letra D.

30) Com base na Lei Nº 11.690, de 11 de maio de 2022, que define o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão, avalie as seguintes afirmações:

A) O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos é regido por um regime jurídico que permite aos servidores do Poder Judiciário ocupar simultaneamente dois cargos públicos efetivos.

B) Todos os servidores do Poder Judiciário do Maranhão são automaticamente incluídos no Quadro Único de Pessoal, independentemente do tipo de provimento de seus cargos.

C) As carreiras no Poder Judiciário do Maranhão são definidas unicamente pela complexidade das tarefas e não levam em consideração o nível de conhecimento ou qualificação do servidor.

D) Uma das finalidades do Plano é vincular o percurso funcional do servidor aos objetivos institucionais, promovendo igualdade de oportunidades e reconhecimento do mérito e da qualificação profissional.

E) Cada servidor no Poder Judiciário do Maranhão pode, através de promoção, avançar rapidamente além de sua classe sem cumprir os requisitos de desenvolvimento funcional.

Comentário:

Letra A: Errada.

A legislação sobre cargos públicos, incluindo a Lei nº 6.107, geralmente restringe a acumulação de cargos públicos, a menos que sejam compatíveis em termos de horário e especificados por lei, como certas combinações de cargos de professor ou de saúde. Não há indicação na Lei Nº 11.690 que permita a ocupação de dois cargos efetivos simultaneamente sem essas condições.

Letra B: Errada.

Art. 3º, I - Quadro Único de Pessoal é descrito como um conjunto de cargos de provimento efetivo, estáveis, e de provimento em comissão, o que implica que há diferenciação no tipo de provimento dos cargos.

Letra C: Errada.

Art. 3º, III e IV detalham que a Categoria Funcional e a Carreira consideram a natureza das atividades e o grau de conhecimento exigível, além de serem hierarquizadas segundo o grau de responsabilidade e complexidade das funções.

Letra D: Correta.

Art. 1º, I estabelece explicitamente que uma das finalidades do Plano é vincular o percurso funcional do servidor aos objetivos institucionais, promovendo a igualdade de oportunidades e o reconhecimento do mérito e da qualificação profissional.

Letra E: Errada.

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Conforme a definição de Classe e Padrão em Art. 3º, VI e VII, o desenvolvimento funcional do servidor dentro de sua carreira segue um sistema hierárquico e padronizado, o que implica que os avanços devem atender a critérios específicos de evolução de vencimento e não podem ocorrer de forma rápida ou sem cumprir os requisitos necessários.

Gabarito: Letra D.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

31) “É o processo administrativo que distribui tarefas e recursos pelos membros da empresa; determina quem tem autoridade sobre quem, e quando e onde se devem tomar decisões. É a etapa do processo de administração que agrupa e estrutura os recursos organizacionais e estabelece os mecanismos de comunicação e coordenação entre seus membros de forma a permitir que se alcancem os objetivos estabelecidos de modo eficiente.” As informações se referem a:

- A) Direção.
- B) Controle.
- C) Organização.
- D) Planejamento.

Comentário:

Mnemônico: PODC	
Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> • Definir metas e estabelecer os recursos (elaborar estratégias) para atingi-las. • O planejamento determina "onde se deseja alcançar" e elabora os planos de "como atingir" esse objetivo. • Possibilita reconhecer oportunidades, riscos, vulnerabilidades e pontos fortes. • Concentra-se em ideias.
Organização	<ul style="list-style-type: none"> • Segmentar o trabalho, designar responsabilidades e determinar as autoridades. • Estipular os recursos e meios necessários para atingir o objetivo proposto pelo planejamento. • Está relacionada à alocação de recursos e à designação de tarefas para equipes, pessoas, organizações e setores. • Concentra-se em "objetos" / recursos.
Direção	<ul style="list-style-type: none"> • Consiste em conduzir as atividades para que tudo o que foi planejado e organizado seja efetivamente executado. • Utilizar a influência para guiar e motivar os indivíduos. • Está associada à liderança, coordenação, comunicação, motivação, relacionamento e interação, de modo que as pessoas realizem as tarefas necessárias para alcançar os objetivos estabelecidos. • Concentra-se nas pessoas.
Controle	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar as ações e realizar as correções necessárias para manter a instituição no rumo certo rumo aos objetivos. • Inclui o monitoramento, a observação e a avaliação do desempenho organizacional para verificar se as atividades estão ocorrendo conforme o planejado, organizado e liderado. • Foca-se nos resultados.

Gabarito: Letra C.

32) Stoner e Freemann (1999, p. 346) definem estilos de liderança como “os vários padrões de comportamento preferidos pelos líderes durante o processo de dirigir e influenciar os trabalhadores”. É a forma como os líderes se comportam diante de seus liderados, variando de acordo com a situação exposta. Por isso, Robbins afirma que o líder é flexível e pode mostrar qualquer comportamento ou estilo, dependendo da situação. Para Chiavenato (2003, p. 124), os estilos de liderança “são teorias que estudam a liderança em termos de estilos de comportamento do líder em relação aos seus subordinados. A abordagem dos estilos de liderança se refere àquilo que o líder faz, isto é, o seu de comportamento de liderar”. O comportamento do líder e seus atos em relação aos seus liderados irá determinar seu estilo de liderança. Sobre o exposto e, ainda, considerando a liderança Laissez-Faire, assinale a afirmativa correta.

- A) Forma de liderança onde o grupo possui participação ativa na discussão da programação do trabalho, na divisão das tarefas, sendo as decisões tomadas coletivamente e não utiliza do poder coercitivo para liderar, trabalha no consenso e no equilíbrio emocional.
- B) Baseiam-se em seus próprios conjuntos de valores e habilidades; são extremamente diretivos sob o ponto de vista da orientação e definição das prioridades, estabelecem prazos, definem normas e organizam os processos de trabalho. Não possibilitam ambientes de discussão e tomada de decisão compartilhada.

C) O líder, neste caso, atua de acordo com o perfil e maturidade do funcionário. A maturidade consiste na capacidade de estabelecer objetivos e metas, aceitar as responsabilidades e a aptidão para desempenhar a tarefa solicitada, sendo que esse critério é avaliado pelo líder, visando saber se o subordinado tem experiência e formação para desempenhar a tarefa delegada.

D) É um tipo de liderança onde só há a intervenção do líder quando for solicitado. É o grupo quem decide seus prazos e metas onde o líder não intervém na divisão das tarefas. Pode ser encontrada nos negócios de alto nível de criação, por exemplo, trabalhos específicos de motivação e capacitação, brainstorming e funciona em equipes onde os indivíduos têm muita experiência e espírito de iniciativa.

Comentário:

Vamos analisar cada alternativa tendo em mente o conceito de liderança Laissez-Faire, que é caracterizado pela baixa interferência do líder nas decisões e atividades do grupo, permitindo que os membros da equipe tenham autonomia nas suas tarefas e decisões.

A) Incorreta. Esta descrição corresponde mais a um estilo de liderança democrática, onde o líder envolve os membros da equipe na tomada de decisões e na organização do trabalho, buscando consenso e equilíbrio, mas ainda mantém uma certa liderança ativa.

B) Incorreta. Esta alternativa descreve um estilo de liderança autocrático, no qual o líder é muito diretivo e controlador, tomando todas as decisões importantes e definindo claramente as regras e procedimentos, sem permitir um ambiente de discussão e decisão compartilhada.

C) Incorreta. Este é um exemplo do estilo de liderança situacional, em que o líder adapta seu estilo com base no nível de maturidade dos funcionários, avaliando sua capacidade e experiência para delegar tarefas de maneira apropriada.

D) Correta. Esta alternativa descreve corretamente a liderança Laissez-Faire. Neste estilo, o líder interage minimamente com a equipe, intervenções ocorrem apenas quando solicitado, e os membros da equipe têm a liberdade de estabelecer seus próprios prazos e metas. Este estilo é particularmente eficaz em ambientes onde os membros da equipe são altamente experientes e motivados.

Liderança Autocrática	Liderança Democrática	Liderança Liberal
<ul style="list-style-type: none">• Nesse estilo, o líder concentra em si todas as decisões e não delega responsabilidades aos membros da equipe. O líder exerce um controle rígido, dita as regras e orientações sem permitir a participação do grupo.• Esse liderança pode resultar em descontentamento, frustração, baixa criatividade e ausência de vínculos amistosos entre os colaboradores.	<ul style="list-style-type: none">• Nesse estilo, os membros da equipe são envolvidos no processo decisório. O líder promove a colaboração e engajamento dos integrantes do grupo.• Esse liderança tende a resultar em satisfação e compromisso por parte dos colaboradores.	<ul style="list-style-type: none">• O líder permite que os membros da equipe tomem suas próprias decisões. Nesse tipo de liderança, o líder atua principalmente como um consultor, oferecendo apoio quando necessário.• Esse liderança tende a resultar um péssimo nível de produtividade.

Gabarito: Letra D.

33) A rede de fast food ABC deseja melhorar o atendimento ao cliente em suas lojas. Ela seleciona a rede de fast food XYZ, conhecida por oferecer um excelente atendimento ao cliente como seu ponto de referência, e passa a coletar dados sobre suas práticas de atendimento, tais como informações sobre treinamento de funcionários, tempos de espera, qualidade dos alimentos, processos de atendimento no balcão etc. Após o levantamento, realiza a comparação das informações obtidas na rede XYZ com os dados internos da ABC; percebe algumas lacunas como: a XYZ treina seus funcionários em atendimento ao cliente por meio de simulações de situações reais, enquanto a ABC oferece apenas treinamento em sala de aula, o que não prepara adequadamente os funcionários para lidar com situações reais de atendimento ao cliente. Tendo verificado tal diferença, a ABC implementa mudanças baseando-se no que aprendeu na XYZ e passa a monitorar o progresso das modificações coletando feedback dos clientes sobre sua satisfação com o tempo de espera e a qualidade dos alimentos. Obtendo resultados positivos sobre a satisfação dos clientes, é possível determinar que as mudanças impactaram positivamente sobre o atendimento. Considerando o cenário apresentado, assinale o método empregado pela organização.

- A) Just in time.
- B) Reengenharia.
- C) Benchmarking.
- D) Balanced Scorecard.

Comentário:

Letra C: Correta.

Benchmarking

É um **processo de comparação e aprendizado** entre organizações, com o objetivo de **melhorar o desempenho** e obter vantagem competitiva. Consiste em **identificar as melhores práticas, processos e resultados** de outras empresas ou setores e aplicá-los de forma adaptada à própria organização.

É um procedimento contínuo e sistemático de pesquisa que tem como objetivo avaliar produtos, serviços e processos de trabalho de empresas ou organizações reconhecidas por suas melhores práticas, visando o aperfeiçoamento organizacional.

• **Tipos de Benchmarking:**

- ✓ Benchmarking **interno**: Compara o desempenho de diferentes departamentos, unidades ou equipes dentro da mesma organização.
- ✓ Benchmarking **competitivo**: Foca na comparação do desempenho da organização com seus concorrentes diretos.
- ✓ Benchmarking **funcional**: Envolve a comparação das práticas e desempenho de uma determinada função ou processo com organizações de referência, independentemente do setor.
- ✓ Benchmarking **genérico**: Compara a organização com empresas de referência em áreas específicas, independentemente do setor de atuação.
- ✓ Benchmarking **externo**: Olha para além da indústria ou setor de atuação da organização, buscando referências em organizações de diferentes setores.

Gabarito: Letra C.

34) Existem etapas que regem a classificação de materiais, seja na administração pública, ou na administração privada. Essas etapas devem ser seguidas com vistas a um melhor resultado na determinação de níveis de estoque, tempo de ressuprimento, previsão de níveis de estoque, estoques de segurança e avaliação de estoques. Assinale a alternativa em que se encontram relacionadas as etapas na classificação de materiais e a ordem correta em que devam ser aplicadas.

- A) Previsão; Catalogação; Flexibilização; Especificação; Numeração; e, Padronização.
- B) Codificação; Padronização; Numeração; Ampliação; Flexibilização; e, Catalogação.

C) Padronização; Especificação; Flexibilização; Codificação; Catalogação; e, Normalização.
D) Catalogação; Simplificação; Especificação; Normalização; Padronização; e, Codificação.

Comentário:

Etapas da classificação de materiais:

- Catalogação – arrolamento de todos os itens de material existentes em estoque, permitindo uma ideia geral do conjunto.
- Simplificação – redução da diversidade de itens de material em estoque que se destinam a um mesmo fim. Caso existam dois itens de material que são empregados para a mesma finalidade, com o mesmo resultado – indiferentemente, opta-se pela inclusão de apenas um deles no catálogo de materiais. A simplificação é uma etapa que antecede a padronização.
- Identificação (Especificação) – descrição minuciosa do material, possibilitando sua individualização em uma linguagem familiar ao mercado.
- Normalização – estabelecimento de normas técnicas para os itens de material em si, ou para seu emprego com segurança. Pode-se dizer que a normalização de itens de material é necessária para a consecução da padronização em sua completude. Um exemplo de material a ser normalizado são os medicamentos – a bula é, nesse caso, o produto final da normalização. Para outros tipos de materiais, a entidade oficial de normalização no Brasil é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Há de se ressaltar que nem todos os materiais carecem de normalização
- Padronização – uniformização do emprego e do tipo do material. Facilita o diálogo com o mercado, facilita o controle, permite a intercambialidade de sobressalentes ou demais materiais de consumo (peças, cartuchos de impressoras padronizadas, bobinas de fax etc.).
- Codificação – atribuição de uma série de números e/ou letras a cada item de material, de forma que essa informação, compilada em um único código, represente as características do item. Cada item terá, assim, um único código.

Fonte: <http://www.enap.gov.br/documents/EnapDidáticos/GestãodeMateriais>.

Gabarito: Letra D.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

35) O modelo gerencial da Administração Pública, popularmente conhecido como nova Administração Pública, emerge na segunda metade do século XX, em resposta à expansão das funções econômicas e sociais do Estado, desenvolvimento tecnológico e globalização da economia mundial (PALUDO, 2013). Sobre o modelo gerencial e suas características, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

O modelo gerencial tem como principal objetivo orientar a Administração Pública em direção a valores de eficácia e qualidade na prestação dos serviços públicos, promovendo o desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações, inspirada no setor privado.

Uma das disfunções do modelo gerencial é o apego exagerado às normas e regulamentos internos, em que o servidor era mais valorizado por conhecer as regras e os procedimentos do que pelos conhecimentos técnico-profissionais.

O modelo gerencial objetiva fortalecer e ampliar a autonomia da burocracia estatal, organizada em carreiras de Estado, valorizando o seu trabalho técnico e político. Isso visa permitir sua participação, junto aos políticos e à sociedade, na formulação e gestão das políticas públicas.

O modelo gerencial caracteriza-se pela centralização, criação de novos níveis hierárquicos e pela padronização dos processos, visando garantir maior eficiência, controle e aprimoramento nos serviços públicos.

A sequência está correta em

- A) V, F, V, F.
- B) F, F, V, V.
- C) V, V, F, F.
- D) F, V, F, V.

Comentário:

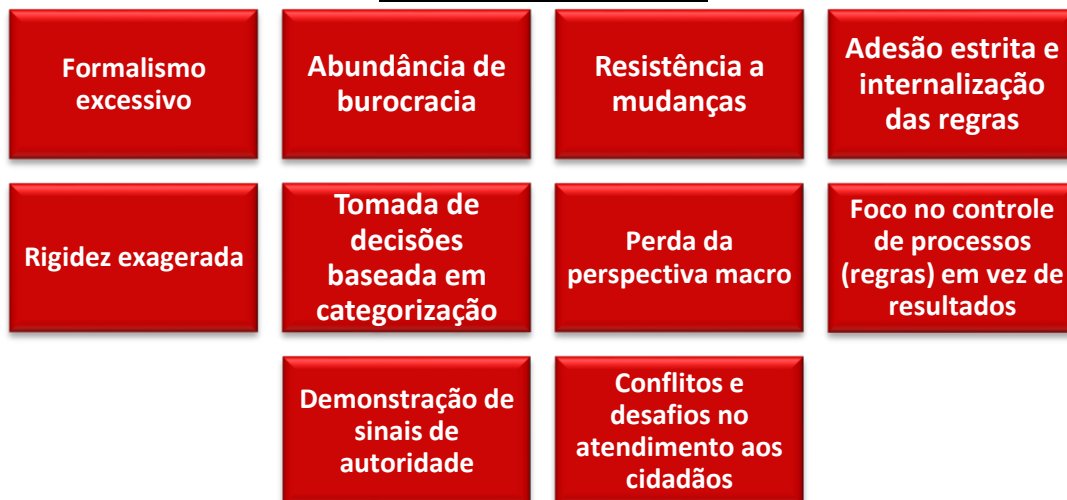
Item I, III e IV: Correto/Correto/Errado.

Modelo Gerencialismo

- Surgiu após a Administração Burocrática ficar ineficientes com suas disfunções.
- Ênfase nos **resultados**.
- Monitoramento dos **resultados** (controle posterior).
- Orientação para o **cidadão-cliente**.
- Estímulo à inovação e criatividade.
- Competição gerenciada.
- Atenção à **qualidade**.
- **Descentralização**.
- Flexibilização.
- Horizontalização das estruturas.

Item II: Errado.

Disfunções burocráticas



Gabarito: Letra A.

36) A sociedade vem, cada vez mais, passando por grandes transformações, as chamadas megatendências, eventos com alta probabilidade de ocorrência futura e que impactam os negócios, a economia, a sociedade, o meio ambiente, a cultura e os indivíduos. As mudanças geradas pelas megatendências exigem que a Administração se adapte a elas (CHIAVENATO, 2014; MARCIAL, PIO, 2023). É considerada uma das megatendências atuais:

- A) Disputas por recursos naturais, em especial água, alimentos e fontes energéticas.
- B) Rejuvenescimento populacional devido à redução da expectativa de vida e aumento da taxa de fertilidade.
- C) Retração da exploração espacial a partir da visão do espaço sideral como algo impraticável de ser conquistado.
- D) Transição para economia de alto carbono, com aumento do impacto ambiental pela emissão de mais gases de efeito estufa.

Comentário:

A) Disputas por recursos naturais, em especial água, alimentos e fontes energéticas.

Esta alternativa é **correta**. A crescente demanda por recursos naturais, juntamente com a sua escassez em diversas partes do mundo, é uma característica marcante das megatendências. Isso se deve ao crescimento populacional e ao desenvolvimento econômico, que aumentam a pressão sobre recursos limitados como água e energia.

B) Rejuvenescimento populacional devido à redução da expectativa de vida e aumento da taxa de fertilidade.

Esta alternativa é **errada**. Na verdade, uma das megatendências observadas globalmente é o envelhecimento populacional, impulsionado por uma maior expectativa de vida e uma diminuição na taxa de fertilidade em muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

C) Retração da exploração espacial a partir da visão do espaço sideral como algo impraticável de ser conquistado.

Esta alternativa é **errada**. Atualmente, há um renovado interesse e investimento na exploração espacial, tanto por agências governamentais como pela iniciativa privada. A visão do espaço como uma nova fronteira a ser explorada é uma tendência crescente, e não uma retração.

D) Transição para economia de alto carbono, com aumento do impacto ambiental pela emissão de mais gases de efeito estufa.

Esta alternativa é **errada**. O mundo está se movendo na direção oposta, buscando uma economia de baixo carbono. Há uma pressão crescente por políticas e tecnologias que reduzam a emissão de gases de efeito estufa e mitiguem os efeitos das mudanças climáticas.

Gabarito: Letra A.

37) A transição do modelo de administração racional-legal para o paradigma pós-burocrático é marcada por diversas mudanças significativas. Considerando este contexto, assinale a afirmativa correta.

A) Uma mudança para o modelo pós-burocrático implica na total substituição da gestão pública por iniciativas privadas, desconsiderando o papel do Estado na Administração Pública.

B) O paradigma pós-burocrático é caracterizado pela forte centralização do poder decisório, aumentando a rigidez das normas e procedimentos em comparação com o modelo racional-legal.

C) No paradigma pós-burocrático, há um movimento em direção à maior flexibilidade, ênfase em resultados e responsividade, mantendo algumas estruturas formais do modelo racional-legal.

D) A administração pós-burocrática abandona completamente as estruturas hierárquicas e as regras formais, adotando uma abordagem, exclusivamente, baseada em redes sociais e colaboração informal.

Comentário:

A) Uma mudança para o modelo pós-burocrático implica na total substituição da gestão pública por iniciativas privadas, desconsiderando o papel do Estado na Administração Pública.

Esta alternativa é **incorreta**. O modelo pós-burocrático não necessariamente implica na substituição da gestão pública por iniciativas privadas, nem desconsidera o papel do Estado. Em vez disso, busca uma reformulação nas práticas de gestão, visando maior eficiência e adaptabilidade, sem eliminar o papel do Estado.

B) O paradigma pós-burocrático é caracterizado pela forte centralização do poder decisório, aumentando a rigidez das normas e procedimentos em comparação com o modelo racional-legal.

Esta alternativa é **incorreta**. O paradigma pós-burocrático é, na verdade, marcado por uma descentralização do poder decisório e uma redução na rigidez das normas e procedimentos. Ele busca aumentar a flexibilidade organizacional e a capacidade de resposta às mudanças.

C) No paradigma pós-burocrático, há um movimento em direção à maior flexibilidade, ênfase em resultados e responsividade, mantendo algumas estruturas formais do modelo racional-legal.

Esta alternativa é **correta**. O paradigma pós-burocrático efetivamente promove maior flexibilidade e foco em resultados, adaptando-se melhor às necessidades contemporâneas e mantendo algumas estruturas formais para garantir a eficácia da administração.

D) A administração pós-burocrática abandona completamente as estruturas hierárquicas e as regras formais, adotando uma abordagem, exclusivamente, baseada em redes sociais e colaboração informal.

Esta alternativa é **incorreta**. Embora o modelo pós-burocrático valorize mais as redes e a colaboração, ele não abandona completamente as estruturas hierárquicas ou as regras formais. Ao invés disso, busca um equilíbrio entre flexibilidade e a manutenção de alguma ordem formal necessária para a operacionalização das atividades organizacionais.

Gabarito: Letra C.

38) Na Administração Pública, governança, governabilidade e accountability desempenham papéis cruciais para garantir um governo eficaz, transparente e responsável. Descreve corretamente a relação entre tais conceitos:

- A) Governabilidade se concentra na conformidade com as leis; governança envolve a tomada de decisões; e, accountability é a capacidade de governar.
- B) Governança refere-se à capacidade do governo de implementar políticas; governabilidade envolve a transparência; e, accountability é o mesmo que governança.
- C) Governabilidade lida com a capacidade do governo de governar; governança envolve a prestação de contas; e, accountability é a capacidade do governo de tomar decisões.
- D) Governança aborda a responsabilização e transparência; governabilidade diz respeito à capacidade do governo de governar; e, accountability envolve a responsabilização do governo perante os cidadãos e outras partes interessadas.

Comentário:

O que significa Governança?

- A governança se refere ao modo como o governo **manifesta sua autoridade** e, também, ao método pelo qual os **recursos estatais** são administrados por esse mesmo governo. Envolve a habilidade do governo em **desenvolver e implementar** políticas públicas.



O que significa Governabilidade?

- A capacidade de governar surge da conexão entre a **legitimidade do Estado e a sociedade**, isto é, refere-se às condições gerais sistêmicas que permitem o **exercício do poder** em uma **comunidade**.
- Caso o governo conte com apoio da **população e do poder legislativo** para exercer suas funções, então ele possui capacidade de governar, ou seja, governabilidade.

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)



Dimensões do conceito de Governabilidade

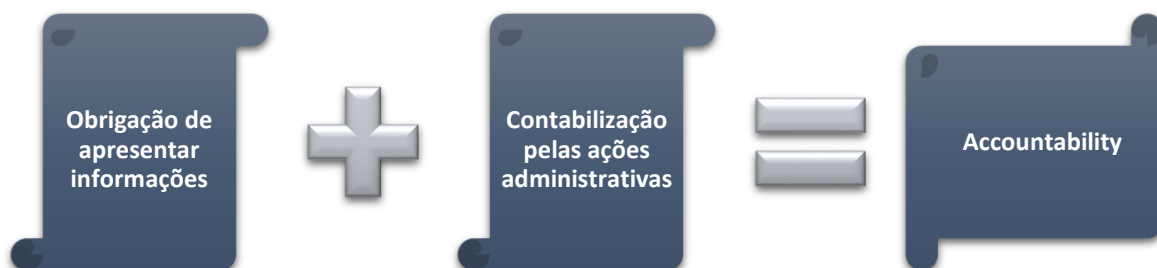
Dimensões do conceito de Governabilidade

- Habilidade do governo em **reconhecer problemas** fundamentais e **desenvolver políticas** apropriadas para abordá-las;
- Competência governamental para **reunir os recursos e meios necessários** para colocar em prática tais estratégias; e
- Capacidade de **liderança do Estado**, indispensável para garantir que as decisões sejam efetivas e não se tornem ineficazes.

Accountability

Refere-se à obrigação do gestor público em apresentar **informações sobre suas atividades**, garantindo a clareza de suas ações e, conseqüentemente, sendo responsabilizado pelos resultados de sua administração.

Visto que os recursos públicos pertencem à sociedade, é essencial que os representantes responsáveis por gerir esses recursos sejam obrigados a **prestar contas** de sua utilização. A transparência é um aspecto central nesse contexto.



Gabarito: Letra D.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA ORÇAMENTÁRIA

39) Por mais assertivas que sejam as unidades encarregadas do planejamento orçamentário, sempre há ocasiões imprevistas ou imprevisíveis que justificam a alteração das dotações orçamentárias, o que é levado a efeito através dos créditos adicionais. Diante do exposto, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Os créditos adicionais suplementares são aqueles destinados a reforço de dotação orçamentária já existente na Lei Orçamentária Anual. Necessitam de prévia autorização legislativa.

B) Os créditos extraordinários se destinam a atender situações de calamidade ou guerra iminente. Sua vigência não necessariamente está restrita ao exercício de abertura, mas carece de indicação prévia da fonte de recursos para custear as novas despesas.

C) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

D) A Lei Orçamentária Anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Comentário:

Os créditos extraordinários se destinam a atender situações de calamidade ou guerra iminente. Sua vigência não necessariamente está restrita ao exercício de abertura, ~~mas carece de indicação prévia da fonte de recursos para custear as novas despesas.~~

A indicação de recurso é facultativa.

Créditos Adicionais

- São despesas **não computadas** ou **insuficientemente dotadas** na Lei de Orçamento;
- O crédito adicional **não se confunde** com o crédito orçamentário inicial aprovado pela LOA, este último possui um montante de recursos financeiros (dotações) que serão utilizados por fins já definidos;
- **Classificação:**
 - ✓ **Suplementares:**
 - **Reforço** de dotação orçamentária;
 - **Autorizados por lei;**
 - **Aberto** por decreto executivo;
 - **Depende** da existência de recursos disponíveis;
 - Alteração **Quantitativa**;
 - Precedida de **exposição justificativa**;
 - **Exceção ao princípio da exclusividade**;
 - Sua vigência **restringe-se ao exercício financeiro** em que foram autorizados, ou seja, **limita-se** ao exercício financeiro em que os créditos foram abertos, **não sendo admitida prorrogação** (reabertura).
 - **Incorporam-se** ao orçamento existente, ocorrendo o cômputo total nos créditos orçamentários;
 - ✓ **Especiais:**
 - Despesas para as quais **não haja dotação** orçamentária específica;
 - **Autorizados por lei;**
 - **Aberto** por decreto executivo;
 - Alteração **Qualitativa**;
 - **Depende** da existência de recursos disponíveis;

- Precedida de **exposição justificativa**;
 - Vigência restrita ao exercício financeiro, exceto se autorizado nos últimos 4 meses de exercício, permanecendo até o final do exercício subsequente, ou seja, é possível a reabertura do crédito (**Exceção ao Princípio da Anualidade**);
 - **Não se incorporam** ao orçamento existente;
 - **Conservam sua especificidade**, sendo assim, o reforço de um **crédito especial** deve dar-se, respectivamente, pela **regra prevista no respectivo crédito** ou, no caso de omissão, pela abertura de novos créditos especiais.
- ✓ **Extraordinários:**
- Despesas **urgentes e imprevistas**; (**guerra, comoção intestina ou calamidade pública**);
 - Aberto por Decreto executivo (Lei 4.320. Art. 44) ou medida provisória (CF. Art. 167, §3º);
 - Alteração **Qualitativa**;
 - **Independem** de autorização legislativa prévia, mas de imediato conhecimento ao Poder Legislativo;
 - Vigência restrita ao exercício financeiro, exceto se autorizado nos últimos 4 meses de exercício, permanecendo até o final do exercício subsequente, ou seja, é possível a reabertura do crédito (**Exceção ao Princípio da Anualidade**);
 - **Independem** da indicação dos recursos correspondentes, sendo **facultativa**.
 - **Não se incorporam** ao orçamento existente;
 - **Conservam sua especificidade**, sendo assim, o reforço de um **crédito extraordinário** deve dar-se, respectivamente, pela **regra prevista no respectivo crédito** ou, no caso de omissão, pela abertura de novos créditos extraordinários.

Gabarito: Letra B.

40) De acordo com a Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, responda à questão.

De acordo com a referida lei, a operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro. Sobre as exigências para realização de Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, analise as afirmativas a seguir.

I. Realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício.

II. Deverá ser liquidado e pago, o valor principal, desconsiderando juros e outros encargos incidentes, até o dia trinta e um de dezembro de cada ano.

III. Estará proibida no último ano de mandato do Presidente e Governador, sendo permitido apenas para Prefeito Municipal.

Sobre as exigências para realização de Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

Comentário:

LC 101. Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita **destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro** e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes: **(ITEM I)**

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

I - realizar-se-á somente a partir do **10º dia** do início do exercício;

II - deverá ser **liquidada**, com juros e outros encargos incidentes, até o dia **10 de dezembro** de cada ano; **(ITEM II)**

III - não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, **obrigatoriamente** prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que vier a esta substituir;

IV - estará **proibida**:

a) enquanto existir operação anterior da mesma natureza **não integralmente** resgatada;

b) no **último ano** de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal. **(ITEM III)**

Gabarito: Letra B.

41) Sobre os princípios que regem o ciclo orçamentário brasileiro, considere os seguintes enunciados:

1. Previsto, de forma expressa, pelo caput do Art. 2º da Lei nº 4.320/1964: determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

2. Previsto no § 8º do Art. 165 da Constituição Federal: estabelece que a LOA não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

3. Previsto pelo Art. 6º da Lei nº 4.320/1964: obriga registrarem-se receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.

Os enunciados 1, 2 e 3 descrevem, respectivamente, os conceitos dos seguintes princípios:

- A) Unidade; Exclusividade; e, Equilíbrio.
- B) Universalidade; Unidade; e, Não-Afetação.
- C) Unidade; Exclusividade; e, Orçamento Bruto.
- D) Totalidade; Universalidade; e, Orçamento Bruto.

Comentário:

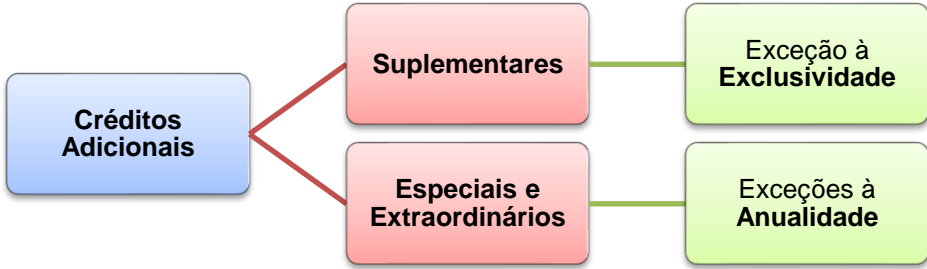
Item 1: Unidade.

Unidade ou Totalidade	<ul style="list-style-type: none">➤ O princípio da unidade estabelece que cada ente da Federação deve possuir um único orçamento contendo todas as receitas e despesas, observada a periodicidade anual.➤ Deve ser integrado e não segmentado, fornecendo a estimativa de receita e a fixação das despesas para cada exercício financeiro.➤ Com o passar do tempo a doutrina deu uma nova conceituação ao princípio da unidade, passando a ser chamado de princípio da totalidade, o qual possibilita a coexistência de múltiplos orçamentos que, no entanto, devem sofrer consolidação de forma que permita ao governo uma visão geral do conjunto das finanças públicas.➤ O princípio da totalidade é identificado na junção do orçamento fiscal, de investimento e da seguridade social que integram a Lei orçamentária anual. <p style="text-align: center;">CF. Art. 165. § 5º A lei orçamentária anual compreenderá:</p> <ul style="list-style-type: none">I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
------------------------------	--

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

	<p>III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.</p> <p>Lei 4.320/64. Art. 2º A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.</p> <p>Atenção: Há bancas que consideram a unidade/totalidade sendo um mesmo conceito, já outras fazem a diferenciação de conceitos, como a banca CESPE.</p>
--	--

Item II: Exclusividade;

Exclusividade ou Pureza	<p>➤ Estabelece que a lei orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas.</p> <p>➤ Não se aplica o princípio da exclusividade para (exceções):</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Autorização para abertura de créditos suplementares;✓ Contratação de operações de crédito, <u>ainda que por antecipação de receita</u>. <p>CF. Art. 165. § 8º A lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a <u>autorização para abertura de créditos suplementares</u> e <u>contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita</u>, nos termos da lei.</p> <div style="text-align: center;"><pre>graph LR; A[Créditos Adicionais] --> B[Suplementares]; A --> C[Especiais e Extraordinários]; B --> D[Exceção à Exclusividade]; C --> E[Exceções à Anualidade]</pre></div>
--------------------------------	--

Item III: Orçamento Bruto.

Orçamento Bruto	<p>➤ Corolário do princípio da universalidade;</p> <p>➤ De acordo com o princípio do orçamento bruto, todas as receitas e despesas devem constar da lei de orçamento anual pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.</p> <p>➤ O princípio do orçamento bruto preconiza a evidenciação das receitas e das despesas por seus respectivos valores, sem compensações ou deduções, e não por seus valores líquidos, as eliminações sendo feitas no processo de consolidação dos demonstrativos.</p> <p>➤ O princípio do orçamento bruto tem como escopo impedir que se incluam na lei orçamentária, quanto a determinado serviço público, os saldos positivos ou negativos.</p> <p>Lei 4.320/64. Art. 6º Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.</p>
------------------------	---

Gabarito: Letra C.

42) “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais. Estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.”

As informações se referem a:

A) Plano Plurianual.

B) Orçamento Anual.

C) Diretrizes Orçamentárias.

D) Decreto Legislativo Orçamentário.

Comentário:

CF. Art. 165. § 1º A lei que instituir o **plano plurianual** estabelecerá, de forma **regionalizada**, as **diretrizes, objetivos e metas** da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Gabarito: Letra A.

DIREITO CONSTITUCIONAL

43) Liang Akame é pesquisadora no campo das Ciências Sociais, sendo um dos seus objetos de interesse a organização dos textos constitucionais nos diversos países do mundo. Ao se deparar com uma Constituição, em que parte do texto pode ser modificada por procedimentos mais simples e outra parte somente por procedimento com iniciativa e quórum especial e, portanto, com maior dificuldade, configura que essa Constituição deve ser classificada como:

- A) Semi-rígida.
- B) Semi-sintética.
- C) Semi-outorgada.
- D) Semi-democrática.

Comentário:

Quanto à Alterabilidade (Mutabilidade, Estabilidade, Consistência)	
Rígida	<p>São Constituições que possuem um processo legislativo mais dificultoso para sua alteração em relação às demais normas não constitucionais.</p> <p>Ex: Processo de Emenda Constitucional (CF/88. Art. 60. § 2º).</p> <p>CF/88. Art. 60. § 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.</p>
Flexível (Plástica)	<p>São Constituições alteradas por meio de um processo legislativo semelhante às demais normas infraconstitucionais. Não há hierarquia entre a Constituição e Lei infraconstitucional.</p>
Semirrígida (Semiflexível)	<p>São Constituições que possuem um processo legislativo mais dificultoso em determinadas matérias da Constituição e um processo menos dificultoso em outras.</p>
Fixas (Silenciosas)	<p>São Constituições que somente podem ser alteradas por meio do Poder Constituinte Originário.</p>
Transitoriamente Flexível	<p>Trata-se de uma Constituição que se inicia aceitando um mesmo processo de alteração das demais normas infraconstitucionais (Flexível) e posteriormente, passa a ter um processo de alteração mais dificultoso (Rígida).</p>
Imutável	<p>Trata-se de Constituições que nunca são alteradas, sendo intocáveis ou permanentes.</p>
Super-Rígida (Alexandre de Moraes)	<p>Trata-se da Constituição que possui um processo de alteração dificultoso, além de possuir certos assuntos que não podem ser alterados (imutáveis).</p> <p>O doutrinador Alexandre de Moraes considera a CF/88 como Super-Rígida, estabelecendo o Art. 60. § 4º como imutável, sendo uma Cláusula Pétreia.</p> <p>O STF não possui o mesmo posicionamento, admitindo a alteração das matérias apresentadas no Art. 60. § 4º da CF/88, desde que não seja uma alteração para abolir, mas sim para ampliar os preceitos.</p> <p>CF/88. Art. 60. § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:</p> <ul style="list-style-type: none"> I - a forma federativa de Estado; II - o voto direto, secreto, universal e periódico; III - a separação dos Poderes; IV - os direitos e garantias individuais.

Gabarito: Letra A.

44) A Constituição Federal (CF) de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, é a que rege todo o ordenamento jurídico brasileiro. Desde a independência do Brasil em 1822, é a sétima Constituição que nosso país tem – e a sexta desde que nos tornamos uma República.

(Disponível em: <https://www.politize.com.br/constituicao-federal-1988/>. Acesso em: 07/10/2023.)

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- A) Garantir o desenvolvimento nacional.
- B) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- C) Promover a conscientização que a desigualdade social é inerente às ações públicas.
- D) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Comentário:

CF. Art. 3º Constituem **objetivos fundamentais** da República Federativa do Brasil:

I - construir uma **sociedade livre, justa e solidária**;

II - **garantir o desenvolvimento nacional**;

III - **erradicar a pobreza e a marginalização** e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - **promover o bem de todos**, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Princípios Fundamentais (Gênero)		
Fundamentos (Espécie)	Objetivos (Espécie)	Princípios Internacionais (Espécie)
SO berania;	CON struir;	IN dependência nacional;
Ci dadania;	GA rantir;	Pre valência dos direitos humanos;
DI gnidade da pessoa humana;	ERRA dicar;	Aut odeterminação dos povos;
VA lores sociais do trabalho e da livre iniciativa;	PRO mover.	Não -intervenção;
PLU ralismo político.		Igualdade entre os Estados;
		CO cessão de asilo político;
		SO lução pacífica dos conflitos;
		DE fesa da paz ;
		CO operação entre os povos para o progresso da humanidade;
		RE púdio ao terrorismo e ao racismo.
SO CI DI VA PLU	CON GA ERR A PRO	IN PANICO SO DECORE

Gabarito: Letra C.

45) Tendo em vista os direitos e deveres individuais e coletivos, presentes no Art 5º da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.
- B) O ordenamento jurídico brasileiro considera que os crimes de racismo e os hediondos são imprescritíveis.
- C) Os mandados de criminalização constituem o dever de criminalizar determinadas condutas em razão de sua relevância.
- D) O princípio do juiz natural, de acordo com a Constituição Federal, prevê que não haverá juízo ou tribunal de exceção, não podendo ninguém ser sentenciado, senão pela autoridade competente.

Comentário:

Letra A: Correta.

CF. Art. 5º XLI - a lei punirá **qualquer discriminação atentatória** dos **direitos e liberdades fundamentais**;

Letra B: Errada.

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

CF. Art. 5º

XLII. A prática do **racismo** constitui crime **inafiançável e imprescritível**, sujeito à pena de **reclusão**, nos termos da lei;

XLIII. A lei considerará **crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia** a prática da **tortura**, o **tráfico ilícito de entorpecentes e drogas** afins, o **terrorismo** e os definidos como **crimes hediondos**, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV. Constitui crime **inafiançável e imprescritível** a **ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático**;

Crimes	
Inafiançável e Imprescritível	Inafiançável e Insuscetível de Graça ou Anistia
Racismo e Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.	Tortura, Tráfico de Drogas, Terrorismo; Hediondo.
Ração é inafiançável e imprescritível	3TH é inafiançável e insuscetível

STF/HC 154.248/DF
O STF firmou o entendimento que o crime de injúria racial se equipara ao racismo, sendo assim considerado imprescritível , podendo ocorrer sua punição a qualquer tempo.
Crimes Imprescritíveis: Racismo, Ação de grupos armados e Injúria Racial.

Letra C: Correta.

CF. Art. 5º

XLI - a lei punirá **qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais**;

Letra D: Correta.

CF. Art. 5º

LIII - **ninguém** será processado nem sentenciado senão pela **autoridade competente**;

Princípio do Juiz Natural
CF/88. Art. 5. LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente ;
É vedada a formação de Tribunal ou Juízo de exceção .

Gabarito: Letra B.

46) Os militares Marcelo, Alfredo e Gabriel reuniram-se e decidiram, em comum acordo, deixar de cumprir, sem justo motivo, determinação escrita de seu superior hierárquico. A autoridade militar competente, classificando a conduta como transgressão militar de natureza grave, decretou a prisão disciplinar de Marcelo, Alfredo e Gabriel por dez dias. Considerando as disposições contidas na Constituição Federal, a prisão dos militares é

- A) ilegal, deverá ser imediatamente relaxada por meio de habeas corpus.
- B) ilegal, deverá ser imediatamente relaxada por meio de mandado de segurança.
- C) legal, pois sua conduta configura transgressão militar, hipótese excepcionada pela própria Constituição.
- D) ilegal, pois não há contra eles um mandado de prisão escrito e expedido por uma autoridade judiciária competente.

Comentário:

CF. Art. 5º LXI. **Ninguém será preso** senão em **flagrante delito** ou por **ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente**, **salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar**, definidos em lei;

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Possibilidade de Prisão

- ✓ Nos casos de **Flagrante delito**;
- ✓ Por **ordem escrita e fundamentada** de **autoridade judiciária** competente.
- ✓ Nos casos de **transgressão militar ou crime propriamente militar**, definidos em lei, **sem necessidade de ordem escrita e fundamentada** de autoridade **judiciária**.

Gabarito: Letra C.

DIREITO TRIBUTÁRIO

47) O Direito Administrativo brasileiro não é codificado. Diante disso, as funções sistematizadora e unificadora de leis, em outros ramos desempenhadas por códigos no Direito Administrativo, cabem aos princípios. Se entende que princípios são regras gerais que a doutrina identifica como condensadoras dos valores fundamentais de um sistema. São considerados supraprincípios ou superprincípios definidos pela doutrina majoritária:

- A) Legalidade e eficiência.
- B) Moralidade e publicidade.
- C) Impessoalidade e presunção de veracidade.
- D) Supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público.

Comentário:

Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Particular

- É considerado um **princípio implícito**, sendo um **princípio base do regime jurídico administrativo**;
- O princípio da supremacia estabelece que ocorrendo um conflito entre o **interesse público** e o particular, o **primeiro leva vantagem**, pois está voltado para o **interesse da coletividade**;
- O princípio da supremacia **não** pode ser utilizado com **finalidade direcionada ao interesse privado**;
- São **exemplos** de aplicação do princípio da supremacia:
 - ✓ **Presunção de Veracidade, legitimidade e imperatividade**;
 - ✓ **Cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos**;
 - ✓ **Uso do poder de polícia**, impondo **restrições ao particular** com **finalidade do interesse coletivo**;
 - ✓ **Intervenção do Estado na propriedade privada**;
- O princípio da **supremacia do interesse público sobre o particular não** é aplicado quando o **Estado** possui uma **relação de horizontalidade** com o **particular**, como nos casos de **exploração de atividade econômica, contratos de locação**. Porém **em certos casos** a Administração Pública **continua** possuindo **alguns aspectos do direito público**.

Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público

- É considerado um **princípio implícito**, sendo um **princípio base do regime jurídico administrativo**;
- Apresenta **sujeições** aplicadas à **administração pública** pela **lei**, **limitando e restringindo-a** para não exceder seus poderes e lesar o interesse público.

Ex: Dever de **licitar** para contratação de serviços, **contratação de pessoas** mediante **concursos públicos**;
- O princípio da indisponibilidade do interesse público está presente **em toda atuação da Administração pública**;
- **Di Pietro** considera o **princípio da legalidade** como uma das **bases do Direito Administrativo**, pois tal princípio **preserva a liberdade dos indivíduos**, **restringindo as ações do poder público**. Com isso toda atuação da máquina pública deve atender o que for apresentado em **lei**.

STF/RE nº 253.885/MG: Todos os princípios podem ser **relativizados**, não podendo ser **ilimitado e irrestrito**. O STF entende que a **Administração** pode fazer **acordos ou transações**, **relativizando o princípio da indisponibilidade do interesse público**, quando o **acordo** tiver como **fim o benefício da coletividade**.
- O princípio da indisponibilidade estabelece o **poder-dever** do agente público **agir dentro de suas competências** e também **impede a alienação** dos bens e direitos públicos essenciais aos particulares, assim, a Administração pode **apenas delegar a execução** da atividade e **não a titularidade**, pois os bens públicos estando **relacionados à satisfação do interesse público não podem ser alienados**.

Gabarito: Letra A.

48) O prefeito de determinada cidade criou por meio de projeto de lei uma autarquia municipal, com a finalidade de desempenhar os serviços de saneamento básico, como abastecimento de água, tratamento do esgoto e limpeza pública no município. NÃO se trata de característica de autarquia pública:

- A) Tem personalidade jurídica de direito público.
- B) Compõe a organização da administração direta.

C) Possui uma gestão administrativa e financeira descentralizada.

D) Serviço autônomo com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios.

Comentário:

Organização da Administração Pública	
Administração Direta	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Formada por Entidades Políticas - União / Estados / Distrito Federal / Municípios; ➤ Composta por Órgãos públicos que não possuem personalidade jurídica. Ex: Ministérios, Secretarias, gabinetes, Polícia Civil, Militar, Federal, Rodoviária Federal. ➤ Qualquer entidade política pode descentralizar, criando entidades administrativas da administração indireta ou firmando contratos com entidades particulares. ➤ Possuem autonomia política, tendo capacidade de legislar, ou seja, produzir lei em sentido formal, tanto em lato (amplo), quanto em strictu senso.
Administração Indireta	<ul style="list-style-type: none"> ➤ As entidades da administração indireta são formadas por: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Autarquias: Personalidade Jurídica de direito público. ✓ Fundações Públicas: Personalidade Jurídica de direito público ou Privado. ✓ Sociedade de Economia Mista: Personalidade Jurídica de direito Privado. ✓ Empresa Pública: Personalidade Jurídica de direito Privado. ➤ Formada por Entidades Administrativas dotadas de personalidade jurídica própria. ➤ Universidades Públicas normalmente são autarquias ou fundações; ➤ Agência reguladora é uma espécie de autarquia em regime especial. ➤ Não possuem autonomia política, porém podem produzir normas jurídicas em sentido amplo.

Autarquia	
	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Autós (Próprio) + Arquia (Comando, governo, direção); ➤ Entidade integrante da Administração Indireta criada por meio da descentralização administrativa por serviço ou outorga. ➤ Criada e Extinta por Lei específica; ➤ Personalidade Jurídica de Direito Público; ➤ Possui regime jurídico de direito público, tendo servidores contratados pelo regime estatutário; ➤ Exerce atividades típicas da administração direta. ➤ Especialização dos fins ou atividades, ou seja, a autarquia é criada, mediante um processo de descentralização por serviço, para exercer um serviço especializado em uma determinada área, fazendo-se assim cumprir o princípio da especificidade; ➤ Passa a ser titular e a executar o serviço descentralizado. ➤ Não exploram atividade econômica, foca apenas na prestação de serviços públicos. ➤ Possui vínculo com a Administração Direta (Entidade Política que a criou), sendo sujeita ao controle ou tutela administrativa para verificar se o objetivo da criação está sendo atendido. Não existe hierarquia. ➤ Possui autonomia: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Patrimonial; ✓ Organizacional; ✓ Financeira;

- **Não é dotada de autonomia política.**
- Possui **capacidade específica** de atuação atribuída por lei.
- Existe o **controle** do **Tribunal de Contas** sobre as autarquias, quando existe a **transferência de recursos** da Administração direta.
- Os **bens** são **inalienáveis, imprescritíveis, insuscetíveis de usucapião** e de direitos reais;
- O pagamento dos débitos judiciais das autarquias é efetuado através de **precatórios**;
- **OBS:** O **STF** entende que **empresas estatais que prestam serviço público**, tendo suas atividades afins a da **Fazenda Pública**, **não poderão ter seus bens alienados**, sendo aplicável o **privilégio da impenhorabilidade de seus bens, rendas e serviços** e o regime de **precatório**.
- **Organização interna** ocorre através de **decretos** emanam do **poder executivo**, de **portarias, regimentos** ou **regulamentos internos**.
- A **prescrição** das ações contra as autarquias é **quinquenal**;
- As autarquias podem ser **Federais, Estaduais ou Municipais**.
- Possui **prerrogativas** como:
 - ✓ **Imunidade Tributária**, sendo **vedada** a instituição de **impostos** sobre o patrimônio;
 - ✓ **Privilégio processual**;
- Possui **responsabilidade objetiva**, respondendo pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, **independente de dolo ou culpa**. Caso a autarquia **não tenha condições** patrimoniais e orçamentárias de **indenizar** a integridade dos custos, é possível a **responsabilidade subsidiária** do **ente político da Administração Direta**.

Gabarito: Letra B.

49) Sobre consórcios públicos, uma das formas da chamada organização administrativa, analise as afirmativas a seguir.

I. Sua personalidade jurídica será, obrigatoriamente, de direito público, constituindo-se como associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação de protocolo de intenções e integrando a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

II. O consórcio público observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos e à prestação de contas.

III. O fato de a assembleia geral ser a instância máxima do consórcio público é cláusula necessária do protocolo de intenções.

IV. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio, que poderá utilizá-los para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

Nos termos da Lei nº 11.107, de 11 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I, II e IV.
- D) I, III e IV.

Comentário:

Item I: Errado.

Lei 11.107/05. Art. 1º

PACOTE COMPLETO 50% OFF POR TEMPO LIMITADO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

§ 1º O **consórcio público** constituirá **associação pública** ou pessoa jurídica de **direito privado**.

Lei 11.107/05. Art. 6º O consórcio público adquirirá **personalidade jurídica**:

I – de **direito público**, no caso de constituir **associação pública**, mediante a vigência das **leis** de ratificação do protocolo de intenções;

II – de **direito privado**, mediante o atendimento dos **requisitos da legislação civil**.

Consórcio Público
Pode ser pessoa jurídica de direito público (Associações Públicas) ou privada (Associação Civil).
Contrato administrativo multilateral entre entidades federativas (U/E/DF/M) com objetivos de interesses comuns ;
Sendo Associações Públicas , integram a Administração Indireta .

Item II: Correto.

Lei 11.107/05. Art. 6º § 2º O **consórcio público**, com personalidade jurídica de **direito público** ou **privado**, observará as normas de **direito público** no que concerne à realização de **licitação**, à **celebração de contratos**, à **prestação de contas** e à **admissão de pessoal**, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Item III: Correto.

Lei 11.107/05. Art. 4º São **cláusulas necessárias** do protocolo de intenções as que estabeleçam:

VII – a previsão de que a **assembleia geral** é a **instância máxima** do **consórcio público** e o **número de votos** para as suas deliberações;

Item IV: Errado.

Lei 11.107/05. Art. 8º § 2º É **vedada** a aplicação dos **recursos** entregues por meio de **contrato de rateio** para o atendimento de **despesas genéricas**, **inclusive transferências ou operações de crédito**.

Gabarito: Letra B.

50) Mônica foi nomeada para atuar como administradora no Instituto de Previdência dos servidores de determinado município. Em seu primeiro dia, foi informada que deveria compreender bem as relações de poderes que regem a atividade administrativa e a atuação nas organizações públicas. De acordo com Medeiros, Burle Filho e Burle (2016, p. 137), os poderes administrativos nascem com a Administração e se apresentam diversificados segundo as exigências do serviço público, o interesse da coletividade e os objetivos a que se dirigem. Dentre os tipos de poderes administrativos e suas características, aquele que “decorre das faculdades implícitas para o superior, tais como dar ordens e fiscalizar o seu cumprimento, a de delegar e avocar atribuições e rever os atos dos inferiores” denomina-se poder

- A) de Polícia.
- B) Disciplinar.
- C) Hierárquico.
- D) Regulamentar.

Comentário:

Poder Hierárquico
➤ Tem como objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas , no âmbito interno da Administração Pública;
➤ Não existe hierarquia entre a Administração Direta e as entidades componentes da Administração Indireta, nem entre os Poderes ou entre a Administração e os administrados (Povo) ;
➤ Não se apresenta nas funções típicas do poder legislativo e do poder judiciário , porém no caso de

funções administrativas existirá;

- Os subordinados são **vinculados às determinações dos seus superiores, salvo quando forem:**
 - ✓ **Ilegais;**
 - ✓ **De competência exclusiva do órgão subordinado;**
 - ✓ **Consultoria jurídica ou técnica;**
 - ✓ **Órgãos incumbidos de adotar decisões administrativas.**
- É possível um **superior hierárquico anular ou revogar decisão dos atos dos seus subordinados.**
- A **delegação e avocação** fazem parte do **Poder hierárquico;**
- O **ato de delegação não é exclusivo do poder hierárquico, é possível delegar uma competência mesmo quando não há relação hierárquica;**
- A **avocação** só é possível em **caráter excepcional, por motivos relevantes, devidamente justificados e por tempo determinado.**
- O **superior não pode avocar** do seu **subordinado competência exclusiva;**
- **Não ocorre avocação de pessoas de mesmo nível hierárquico.**
- Pode **fiscalizar a atuação e rever atos internos;**
- Pode **editar atos normativos internos** para ordenar a atuação dos subordinados;
- **Relação do Poder Hierárquico com o Disciplinar:**
 - ✓ O poder hierárquico e disciplinar possuem uma **ligação** um com o outro, pois ambos são praticados diretamente na **organização administrativa interna** do ente político ou administrativo. Vale ressaltar que um **não se confunde** com o outro.
 - ✓ As **sanções** aos servidores **não estão previstas no poder hierárquico e sim no poder disciplinar.**

Poderes Administrativos – Conceitos Básicos

Poder Hierárquico	Tem como objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas , no âmbito interno da Administração Pública;
Poder Disciplinar	Poder de aplicar sanções aos servidores e pessoas com vínculo jurídico específico sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração;
Poder Regulamentar	É a capacidade em que os chefes do Poder Executivo possuem para fazer edição de atos administrativos normativos; É a prerrogativa de direito público que o autoriza a editar atos gerais e abstratos para complementar a lei e permitir a sua efetiva execução.
Poder Normativo	Trata-se do poder que edita atos administrativos normativos , utilizado pelos demais órgãos e entidades dos poderes públicos. É mais amplo que o Poder Regulamentar.
Poder de Polícia	Poder utilizado pela Administração Pública que condiciona ou restringe o uso de bens e a prática de atividades privadas , em prol dos interesses da coletividade.
Poder Vinculado ou regrado	Ocorre quando a lei não deixa margem de escolha para o exercício do agente público, devendo este decidir na mesma forma da lei;
Poder Discricionário	O agente público possui margem de escolha , decidindo com base na conveniência e oportunidade (Mérito Administrativo);

Gabarito: Letra C.